



XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

## REUNIÃO PLENÁRIA DE 18 DE SETEMBRO DE 2024

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 15 horas, manifestou a sua consternação pelos incêndios que deflagraram no País e apresentou as suas condolências às famílias e amigos das vítimas, tendo sido aplaudido pela Câmara.

Foi aprovado um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativo à suspensão do mandato e substituição de uma Deputada do PSD.

Deu-se conta da entrada na Mesa da Proposta de Lei

n.º 21/XVI/1.ª, dos Projetos de Lei n.ºs 237 a 262, dos Projetos de Resolução n.ºs 268 a 297/XVI/1.ª e dos Projetos de Deliberação n.ºs 10 e 11/XVI/1.ª.

Foi aprovado o Projeto de Deliberação n.º 8/XVI/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência e foi rejeitado o Projeto de Deliberação n.º 11/XVI/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência.

Na abertura do debate da Interpelação ao Governo n.º 2/XVI/1.ª (CH) — O estado dos estabelecimentos

prisionais, entrevistaram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e a Ministra da Justiça (Rita Alarcão Júdice).

No período de debate, usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra da Justiça, os Deputados [António Filipe](#) (PCP), [Pedro Pinto](#) (CH), [Paulo Muacho](#) (L), [Cristina Rodrigues](#) (CH), [Mariana Mortágua](#) (BE), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Isabel Alves Moreira](#) (PS), [José Barreira Soares](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paula Margarido](#) (PSD), [Mariana Leitão](#) (IL), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Cláudia Santos](#) (PS), [Nuno Gabriel](#) (CH),

[João Antunes dos Santos](#) e [Pedro Neves de Sousa](#) (PSD), [Rui Tavares](#) (L) e [Vanessa Barata](#) (CH).

No encerramento do debate, entrevistaram o Deputado [André Ventura](#) (CH) e o Ministro dos Assuntos Parlamentares (Pedro Duarte).

Deu-se conta de uma Deputada do PS e de uma Deputada do L que estiveram presentes, por videoconferência, nesta reunião plenária.

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 48 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde.  
Está aberta a sessão.

*Eram 15 horas.*

Peço às autoridades que abram as galerias ao público.

Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> Secretárias de Estado, é um gosto particular ter a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Maria José Barros aqui, na Assembleia da República. Também é um gosto ter aqui a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, mas a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado trabalhou comigo quando eu fui Ministro da Justiça, por isso é um gosto especial revê-la 20 anos depois.

*Pausa.*

Ora então, queria dar início aos trabalhos. Pedia a todas as Sr.<sup>as</sup> e todos os Srs. Deputados o favor de tomarem os seus lugares, até porque eu gostava só de deixar uma nota prévia antes de começar os nossos trabalhos, pelo que pedia o silêncio da Câmara para o efeito, antes de entrarmos na ordem do dia.

*Pausa.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não posso deixar de iniciar esta nossa sessão manifestando, mais uma vez, a profunda consternação com os incêndios a que temos assistido nos últimos dias em Portugal. Mas a democracia não pode parar, nos bons e até, sobretudo, nos maus momentos, e é por isso que estamos aqui todos a cumprir os nossos trabalhos.

Quero, no entanto, uma vez mais, e julgo que o posso fazer em nome de todas e todos os Srs. Deputados, apresentar as nossas condolências às famílias e amigos de todos aqueles que perderam a vida na defesa dos seus bens e na defesa de todos nós, e estou certo de que o seu exemplo não será esquecido.

*Aplausos gerais, de pé.*

Pedia agora ao Sr. Secretário Jorge Paulo Oliveira o favor de ler e dar a conhecer as questões antes da ordem do dia.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, vou proceder à leitura, seguida de votação, do Parecer n.º 7 da Comissão de Transparência e Estatutos Deputados:

«1. Em reunião da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, realizada no dia 18 de setembro de 2024, verificou-se:

Suspensão do mandato, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º, e do n.º 1 e da alínea d) do n.º 2 do artigo 5.º, e substituição de Deputado, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados:

Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD)

Cidália Maria Alves de Abreu (círculo eleitoral de Braga) suspendeu o seu mandato, com efeitos a partir do dia 16 de setembro de 2024, por um período nunca inferior a 30 dias nem superior a 180 dias, passando a assumir o mandato, em sua substituição, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, a partir do dia 16 de setembro de 2024, inclusive.

[...]

Parecer

A suspensão do mandato requerida pela Deputada Cidália Maria Alves de Abreu, com efeitos a partir do dia 16 de setembro de 2024, por um período nunca inferior a 30 dias nem superior a 180 dias, cumpre os requisitos legais, sendo substituída por Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, com efeitos a partir do dia 16 de setembro de 2024, inclusive.»

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar este parecer.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.*

Faça favor de prosseguir, Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, informo a Câmara de que deram entrada na Mesa, e foram admitidas pelo Sr. Presidente da Assembleia da República, várias iniciativas.

Refiro, em primeiro lugar, a Proposta de Lei n.º [21/XVI/1.ª](#) (GOV) — Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2022/2523, relativa à garantia de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos de empresas multinacionais e grandes grupos nacionais na União.

Deram também entrada na Mesa os Projetos de Lei n.ºs [237/XVI/1.ª](#) (PCP) — Define a atribuição de um complemento de alojamento e de deslocação a todos os docentes e técnicos especializados deslocados, [238/XVI/1.ª](#) (PCP) — Medidas de apoio aos estudantes no contexto da ação social escolar, [239/XVI/1.ª](#) (PCP) — Eliminação das propinas, taxas e emolumentos no ensino superior público, [240/XVI/1.ª](#) (PCP) — Alteração ao Regime do Arrendamento Urbano, [241/XVI/1.ª](#) (PCP) — Aprova o desenvolvimento conceptual e normativo da carta municipal de habitação, [242/XVI/1.ª](#) (PCP) — Altera a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (quinta alteração à Lei n.º 31/2014, de 30 de maio), [243/XVI/1.ª](#) (IL) — Unificação dos regimes dos «vales-infância» e «vales-educação» num novo regime, os «vales-ensino», [244/XVI/1.ª](#) (CH) — Pela comparticipação da vacina contra o HPV para todas as raparigas e rapazes a partir dos 10 anos de idade e aumento para os 45 anos da idade máxima para completar o esquema vacinal, [245/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade, [246/XVI/1.ª](#) (CH) — Modifica o regime do horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares por forma a facilitar a conciliação da vida familiar com a vida profissional, [247/XVI/1.ª](#) (PS) — Reforça as normas de proteção dos consumidores na utilização de aplicações de pagamento operadas por terceiros, [248/XVI/1.ª](#) (L) — Alarga os períodos de gozo da licença parental inicial, da licença parental exclusiva do pai, da licença parental em caso de deficiência da criança ou de um dos progenitores, e da dispensa para amamentação ou aleitação, [249/XVI/1.ª](#) (L) — Alarga os períodos de gozo da licença parental e revê a majoração das remunerações de referência para atribuição do subsídio parental inicial, do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica e do subsídio para assistência a neto, [250/XVI/1.ª](#) (L) — Estabelece o dever de o Governo proceder ao levantamento e divulgação anual e atempada dos dados referentes a creches e a amas do Instituto da Segurança Social, [251/XVI/1.ª](#) (L) — Altera a Lei de Bases do Sistema Educativo e a Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, incluindo a educação na primeira infância no sistema educativo e incumbindo o Estado de criar uma rede universal e gratuita de educação na primeira infância, [252/XVI/1.ª](#) (L) — Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade, [253/XVI/1.ª](#) (L) — Alarga o conceito de «obra nacional», na Lei do Cinema, a cidadãos estrangeiros que sejam titulares de autorização de residência e a beneficiários de proteção internacional em Portugal, [254/XVI/1.ª](#) (PAN) — Generaliza a citação eletrónica das entidades públicas, alterando o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, [255/XVI/1.ª](#) (PAN) — Prevê medidas de reforço da proteção na parentalidade, aprova uma licença parental inicial igualitária de seis meses e aumenta o período de dispensa para amamentação ou aleitação até aos dois anos da criança, [256/XVI/1.ª](#) (PAN) — Garante a inclusão das crianças dos 0 aos 3 anos no sistema educativo por via da criação de um sistema da educação para a infância, alterando a Lei de Bases do Sistema Educativo, [257/XVI/1.ª](#) (PAN) — Garante a gratuidade dos mecanismos de acompanhamento das atividades das crianças no âmbito da medida da gratuidade das creches, [258/XVI/1.ª](#) (PAN) — Prevê a prorrogação do período de utilização de gâmetas e embriões em regime de confidencialidade da identidade civil do dador, [259/XVI/1.ª](#) (CH) — Assegura que a procriação medicamente assistida é comparticipada pelo SNS até aos 49 anos de idade, [260/XVI/1.ª](#) (BE) — Alarga e garante a atribuição da licença parental inicial igualitária em termos de género, às famílias monoparentais e por via da adoção, alarga a licença inicial exclusiva do pai e a dispensa para amamentação, aleitação e acompanhamento da criança, [261/XVI/1.ª](#) (PCP) — Prorroga o regime transitório para a utilização de embriões resultantes de doações sob o regime de anonimato e [262/XVI/1.ª](#) (CH) — Altera a Lei n.º 27/2006,

de 3 de julho, o Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, procedendo à inclusão de medidas especiais que permitam a criação de equipas municipais de socorro animal.

Deram ainda entrada na Mesa os Projetos de Resolução n.ºs [268/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a manutenção e reabilitação do Mosteiro de Rendufe, [269/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a construção do novo hospital de Barcelos-Esposende, [270/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a construção de uma nova ala cirúrgica no Hospital de Braga, [271/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela aprovação de medidas de prevenção e combate à violência sexual com base em imagens, [272/XVI/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a suspensão da exploração de lítio na mina do Barroso, [273/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que proceda à revisão das carreiras técnicas especiais da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, [274/XVI/1.ª](#) (PCP) — Defesa dos músicos e criadores culturais do Centro Comercial STOP e criação do centro cultural e musical do Porto, [275/XVI/1.ª](#) (IL) — Para que o Governo inste perante o Tribunal Penal Internacional que as medidas declaradas pelo regime talibã contra as mulheres afegãs sejam consideradas «crime contra a humanidade», [276/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que disponibilize os dados nacionais relativos à incidência e mortalidade associadas ao cancro do ovário no Registo Oncológico Nacional e que adote medidas que promovam celeridade no acesso a medicamentos inovadores para os casos sem mutação, [277/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo a criação de um plano nacional de apoio à fertilidade, [278/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a implementação de um cartão +cultura +cidadania em Portugal, [279/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda o cancelamento das concessões de exploração de lítio nas minas do Romano, em Montalegre, e do Barroso, em Boticas, e a proteção da única região classificada pela FAO como património agrícola mundial em Portugal, [280/XVI/1.ª](#) (L) — Recomenda a criação da rede de «Casa da Criação», [281/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pelo aumento da idade máxima de acesso para o início de procedimentos de técnicas de procriação medicamente assistida no SNS e criação de um centro público de procriação medicamente assistida na zona sul do País, [282/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela justa tributação das grandes fortunas e combate à fuga de capitais, [283/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pelo aumento da capacidade da oferta pública de creches, [284/XVI/1.ª](#) (PAN) — Pela suspensão da vigência do contrato de concessão de exploração da mina do Barroso, [285/XVI/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a criação de uma rede nacional de residências artísticas, o incentivo à criação de residências artísticas em espaços públicos e a declaração de interesse cultural para espaços de criação artística, [286/XVI/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que denuncie junto do Tribunal Penal Internacional o silenciamento da voz das mulheres e raparigas afegãs, [287/XVI/1.ª](#) (BE) — Disponibilização de tratamento para cancro do ovário, [288/XVI/1.ª](#) (BE) — Desbloquear o acesso à procriação medicamente assistida, [289/XVI/1.ª](#) (BE) — Promover o CC STOP enquanto polo cultural, [290/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que proceda à conclusão do processo de regulamentação das disposições legais que permitem o acesso à gestação de substituição, [291/XVI/1.ª](#) (PCP) — Reforço da resposta dos centros públicos de procriação medicamente assistida, [292/XVI/1.ª](#) (PCP) — Pelo reforço da prestação de cuidados às mulheres com cancro do ovário, [293/XVI/1.ª](#) (PAN) — Propõe a realização de um referendo sobre a abolição das touradas em Portugal, [294/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo medidas de reforço no âmbito da ação social escolar no ensino superior, [295/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo a criação de uma rede de postos de atendimento nas cidades de maior densidade de emigração portuguesa, [296/XVI/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que denuncie ao Tribunal Penal Internacional como crime contra a humanidade o ataque aos direitos das mulheres no Afeganistão e [297/XVI/1.ª](#) (CH) — Recomenda ao Governo que defenda, junto do Irão e da comunidade internacional, os direitos das mulheres iranianas.

Por fim, refiro os Projetos de Deliberação n.ºs [10/XVI/1.ª](#) (PAR) — Composição das delegações da Assembleia da República às organizações parlamentares internacionais na XVI Legislatura e [11/XVI/1.ª](#) (PAR) — Concessão de processo de urgência.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Secretário.

Vamos, então, dar início à nossa ordem do dia, sendo que temos, nos dois primeiros pontos, duas votações de projetos de deliberação para concessão de processo de urgência diferentes, pelo que pedia a atenção dos Srs. Deputados. Foram distribuídos já atempadamente os respetivos projetos de deliberação, por isso passaríamos à sua votação.

Pedia a atenção dos Srs. Deputados, pois vou pôr à votação, no ponto um, o Projeto de Deliberação n.º 8/XVI/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.*

Vou pôr agora à votação, no ponto dois, o Projeto de Deliberação n.º 11/XVII/1.ª (PAR) — Concessão de processo de urgência.

*Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PS, do CH, do BE, do PCP, do L e do PAN e os votos a favor do PSD, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Há alguma coisa com o Chega e o voto do PS?

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, então, ao ponto três, que é o debate da Interpelação ao Governo n.º 2/XVI/1.ª (CH) — O estado dos estabelecimentos prisionais.

Relembro, sobretudo aos Srs. Membros do Governo, que temos um controlo do tempo que é feito por um semáforo, de cor amarela, vermelha e verde, que vai contando o tempo disponível para cada intervenção, e que, no final de 15 segundos de tolerância em relação ao tempo dado para cada intervenção, o microfone desliga automaticamente, sendo que há um sinal sonoro que faz a referência de quando estamos a 30 segundos do termo e de quando o tempo terminou, e, por isso, faltarão só 15 segundos.

Nesta fase de abertura da interpelação, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega, para uma intervenção, sendo que dispõe de 10 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Antes de começar esta intervenção, gostava de me dirigir a todas — todas! — as populações que, neste momento, enfrentam, em muitas das vezes, o combate das suas vidas, o combate das suas propriedades, o combate das suas famílias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queria dizer-lhes, em nome do Parlamento, que um Parlamento decente reconhecerá que, nos últimos anos, não foi o partido A, o partido B ou o partido C. Queríamos deixar um grande, grande aplauso a todos os nossos combatentes pela paz e assumir a nossa responsabilidade política, porque lhes falhámos, a eles, e o País lhes falhou nesta responsabilidade.

*Aplausos do CH, do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Quem não bateu palmas não tem coração!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o tema que nos traz aqui hoje, porém, é outro.

Há uma semana, Portugal viu a fuga espetacular, ou quase espetacular, de vários prisioneiros perigosíssimos para a ordem pública. O País assistiu, com um misto de estupefação, de incredulidade e também de crítica, àquilo que aconteceu.

Homens que já haviam tentado fugir juntos, homens que aproveitaram o seu tempo no recreio, mesmo debaixo da vigia de guardas, para, com escadas — sublinho, com escadas —, passarem os muros de uma prisão que o nosso sistema considera de alta segurança.

Esta fuga não envergonhou só os portugueses, não envergonhou só aqueles que deviam pôr a mão na consciência sobre o sistema prisional que construíram nos últimos anos. Esta fuga envergonhou o mundo inteiro ao olhar para Portugal.

Devemos às vítimas destes criminosos um pedido de desculpa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas devemos, acima de tudo, a Portugal e aos portugueses, um pedido de desculpa com a garantia de que não se repetirá, de que ninguém fugirá das nossas prisões sem que depois seja encontrado.

*Aplausos do CH.*

Mas não. Mas não. O Governo preocupou-se em amnistiar pessoas para saírem das prisões. Foi isso que fizemos neste Parlamento: amnistiámos presos que estavam lá dentro para cometerem crimes cá fora novamente.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Chamámos-lhe «*covid-19*». O Governo chamou-lhe «*limpeza das prisões*». Para isso, o Governo esteve pronto — para amnistiar, para dar indultos, para conceder. Nunca estiveram, nem PS nem PSD, disponíveis para melhorar aquilo que era uma catástrofe anunciada em Portugal: o nosso sistema prisional. Conosco não haverá amnistias, mas haverá boas e melhores prisões para os bandidos deste País.

*Aplausos do CH.*

Fico sempre estupefacto a olhar para isto. Mas era importante recordar a história da relação do País com o sistema prisional nos últimos anos.

Em 2021, Governo de António Costa, multiplicaram-se nas nossas prisões reuniões entre estruturas sindicais, Corpo da Guarda Prisional e os estabelecimentos diretivos das prisões. Algumas destas reuniões foram acompanhadas, indireta ou diretamente, por membros do Governo. Cito: 2021, 2018, 2017, 2015, 2012. Tudo.

Sabem o que diziam esses relatórios? Perigo de fuga para muitos dos reclusos, incapacidade de controlar as prisões, carreira extremamente pouco atrativa para os guardas, desmotivados, que colocam a sua vida e a sua integridade em risco a todo o momento, incapacidade de controlo das células, incapacidade de controlo e coordenação com outros órgãos de polícia.

Foi dito ao PS, foi dito ao PSD, foi dito a todos. Chegámos a dezembro desse ano. Vale de Judeus tinha 530 reclusos — sublinho, 530 reclusos —, estavam a guardá-los 117 homens. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, isto não é uma irresponsabilidade. Isto é pôr os nossos concidadãos e as nossas concidadãs em risco de vida mortal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Se estes homens cometerem algum crime de sangue em Portugal, sobre todos pesará esta responsabilidade do sistema prisional português.

*Aplausos do CH.*

Sr. Presidente e Srs. Deputados, há 15 anos havia uma média de 2,48 reclusos por guarda prisional — sublinho, 2,48 reclusos — e hoje essa média já está nos 3 por recluso. A média de idade dos guardas prisionais é próxima dos 50 anos — 50 anos de idade —, e pede-lhes o Governo, pede-lhes a direção-geral das prisões, que façam horas múltiplas, que vão a celas tentar guardar e buscar pessoas perigosíssimas, e ainda não têm casas para habitar quando estão sujeitos a perigo real, eles e as suas famílias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O que foi feito às prisões, o que foi feito aos guardas prisionais, o que foi feito aos técnicos de reinserção social tem um nome, mesmo visto da Europa para cá; um nome que nós gostamos muito de usar, mas é este mesmo: «*vergonha*»! Vergonha por como deixaram estes homens e mulheres.

*Aplausos do CH.*

Nos últimos 15 anos — só nestes 15 —, fugiram das nossas prisões, das prisões portuguesas, 160 reclusos. Fugiram. Fugiram mesmo! Fugiram. Estavam presos, mas saíram. E não voltaram. Preocupámo-nos com isso? Não. Alguns até queriam acabar com prisões e dizer: «Façam o que entenderem e andem por aí à solta!» Outros preferiam amnistiar e dizer: «Vão lá para fora e tentem encontrar-se como puderem!» Mas 160 fugiram. Era bom saber quantos deles já estão no sistema prisional novamente, porque talvez nos envergonhasse ainda mais do que estamos agora.

E era muito importante que no dia de hoje, em que sabemos que alguns destes reclusos que saíram das prisões nos últimos anos são os incendiários que estão agora a pôr o País a fogo, déssemos uma garantia ao País: a de que os incendiários, os violadores, os homicidas, estes que são terroristas, têm um único lugar em Portugal — a prisão, seja ela qual for. É esse o único lugar em Portugal. O único lugar em Portugal.

*Aplausos do CH.*

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo talvez devesse assumir também esta responsabilidade, mas sobretudo o antigo Primeiro-Ministro António Costa deveria assumir esta particular responsabilidade.

Afinal, quem desativou as torres de vigia dos sistemas prisionais? Afinal, quem reduziu o número de guardas a um mínimo histórico neste País?

Afinal, quem não deu à Guarda Prisional as características legais que lhe permitiriam agir como outro órgão de polícia criminal?

Afinal, quem foi o partido que, no momento mais doloroso da vida nacional, não trouxe ao Parlamento nenhuma proposta para reforçar as prisões ou os seus guardas, mas trouxe para amnistiar os presos que já lá estavam?

Afinal, quem foi o partido que, preocupado desde 2018 com as condições dos presos, nunca teve uma palavra para as condições de guardas, de técnicos de reinserção social...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e, na verdade, de todos nós? É que são os portugueses que pagam o sistema prisional, não é o Partido Socialista. Somos nós que pagamos o sistema prisional.

*Aplausos do CH.*

Chegámos então a 2024. Um novo Governo tomou posse, garantiu reformas na justiça, e não se pode, em rigor e honestidade, dizer que é sobre este Governo que cai a grande parte da responsabilidade pelo estado das nossas prisões. Em bom rigor, não se pode dizer, porque sabemos bem quem teve a responsabilidade de nos governar nos últimos oito anos.

Mas ouvir a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça dizer que estas fugas foram uma cadeia e uma sucessão de eventos, passando a responsabilidade implícita para guardas e para os membros das prisões, é não assumir a própria responsabilidade do Estado, é não assumir a própria responsabilidade política. Eu gostava, Sr.<sup>a</sup> Ministra, que tirasse um dia do seu tempo para ir a um sistema de videovigilância de uma prisão e ver como dois homens — às vezes dois homens — têm de acompanhar centenas de imagens ao mesmo tempo.

Tenho a certeza de uma coisa, Sr.<sup>a</sup> Ministra: se lá for, se perder esse tempo, quando sair de lá, dirá que, na verdade, podem existir vários responsáveis para a fuga das prisões.

Mas há um grande responsável: é o Estado português e o Governo de Portugal, que permitiram que isso acontecesse.

*Aplausos do CH.*

Ao dia de hoje, sei que muitos dos nossos concidadãos estão focados noutros dramas das suas vidas. O Parlamento não pode parar, como não para nunca nos momentos de maior crise nacional ou internacional. Mas



neste novo tempo em que vivemos, com este sistema político — como aconteceu com o Sr. Diretor-Geral das prisões, que teve de ser corrido do lugar antes de perceber que tinha de pôr o seu lugar à disposição —, parece-nos incrível que os políticos, aqueles que mandam, e as estruturas diretivas do sistema prisional estejam sempre mais preocupados com os presos do que com quem lá trabalha, com quem lá tem de viver todos os dias o seu trabalho, e com quem tem de os pagar. Esses somos nós; são esses que representamos.

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Faço só uma ligeira retificação. Embora eu acompanhe e subscreva as palavras do Sr. Deputado no início, em relação aos bombeiros, a única pessoa que fala em nome do Parlamento sou eu e, portanto, a referência a essa situação é diferente.

*Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.*

É só para retificar essa expressão, não é mais nada.

O Sr. Deputado André Ventura pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, com certeza. O Sr. Presidente é quem fala em nome do Parlamento. Eu estava a falar em nome do Chega. Quanto a assumir a responsabilidade do Parlamento, penso que nesta Casa ainda só eu é que represento a liderança do Chega.

*Aplausos do CH.*

*Protestos de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Está clarificado. Não foi bem assim, mas está clarificado.

Vou dar agora a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, para intervir na abertura deste debate. Dispõe de 10 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça** (Rita Alarcão Júdice): — Sr. Presidente da Assembleia da República: Antes de me dirigir ao Parlamento nos termos e no âmbito desta interpelação, gostaria que me fosse permitido prestar uma homenagem aos três bombeiros que ontem perderam a vida na luta contra os incêndios. Junto-me à dor das suas famílias e da sua corporação, que conheci e visitei.

*Aplausos do PSD, do PS, do CH, da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.*

É com profunda tristeza e dor que assisto ao sofrimento dos nossos concidadãos que sofrem com a calamidade dos incêndios. Como portuguesa e como Deputada que fui, eleita por Coimbra, não têm saído do meu pensamento, como do pensamento de todos nós.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os graves acontecimentos de Vale de Judeus são motivo de grande preocupação...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — ... e vão muito para além da fuga em si mesma.

Sabemos já que não foram fruto do acaso, que têm causas, e algumas já estão identificadas. As conclusões apontadas no *Relatório de Auditoria à Atuação dos Serviços de Vigilância e Segurança*, que recebi 72 horas depois dos eventos, levaram-nos a pôr em marcha uma avaliação do sistema prisional e de reinserção, com a

consequente adoção de medidas e reformas. Essa avaliação terá de incidir, antes de mais, sobre as condições de segurança.

A primeira auditoria que decidimos pedir, à Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça, vai incidir sobre todos os 49 estabelecimentos prisionais, segundo uma ordem de prioridade, de acordo com a sua natureza e dimensão. Para tomar as melhores decisões e dar bom uso ao dinheiro dos contribuintes, precisamos de avaliar o estado dos equipamentos de segurança, das infraestruturas físicas, dos sistemas de comunicação e dos protocolos de segurança. Este relatório vai estar concluído até 31 de dezembro de 2024, mas, assim que estiver concluída a avaliação para cada estabelecimento prisional, não precisaremos de esperar pelo fim para agir.

A segunda auditoria anunciada tem um âmbito diferente, mas não menos importante. É uma auditoria de gestão à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), incluindo os serviços centrais e os serviços prisionais, que vai avaliar as condições de funcionamento destes serviços. Precisamos de saber se a estrutura, o modelo de governação, a dotação de recursos humanos, técnicos e financeiros são compatíveis com a missão que lhes é atribuída. As conclusões a que chegar esta auditoria vão ajudar-nos a agir de forma fundamentada.

Mas não é só o estado dos equipamentos, das infraestruturas, dos protocolos ou a organização de gestão que nos preocupam. As condições de vida nas prisões também merecem a nossa atenção. A pena de prisão consiste apenas, e não é pouco, na privação da liberdade; a pena de prisão não inclui a sujeição a condições de vida que não respeitem a dignidade que qualquer ser humano merece e que impeçam o próprio objetivo de reinserção social. Por tal razão, vamos fazer um levantamento exaustivo das necessidades em matéria de condições prisionais, tendo em conta os critérios do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, permitindo-nos definir uma nova visão pragmática e transformadora do sistema prisional português.

As preocupações com segurança exigem rigor e celeridade na análise e implementação das medidas necessárias, mas nem por isso retiraremos importância ao tema da reinserção. Aliás, vejo a reinserção como uma forma de contribuir para uma sociedade mais segura no médio e longo prazo.

Finalmente, porque não há bons serviços sem boas pessoas, seguiremos um procedimento rigoroso de seleção dos dirigentes dos serviços centrais e prisionais. Entre hoje e amanhã, contamos poder assinar o despacho de nomeação do novo diretor do EP (estabelecimento prisional) de Vale de Judeus. A pessoa está indicada, está identificada e aguardaremos apenas por alguns procedimentos administrativos.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há uma semana apresentei publicamente as minhas conclusões e as minhas decisões na sequência do relatório de investigação preliminar feito pela Divisão dos Serviços de Segurança da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Na sequência da demissão dos Srs. Diretor-Geral e Subdiretor-Geral, foi nomeada em regime de substituição a então Subdiretora-Geral.

Desde quarta-feira passada, faz hoje uma semana, a Sr.<sup>a</sup> Diretora-Geral em substituição reuniu os dirigentes dos serviços centrais, dos estabelecimentos prisionais, das delegações regionais de reinserção, dos centros educativos, dos núcleos de ação técnica e serviços centrais. Visitou o Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, onde reuniu a equipa diretiva e as chefias dos guardas, deixando uma mensagem de estímulo ao brio profissional e à competência no cumprimento do dever. Reuniu-se também com os dirigentes intermédios dos serviços centrais da DGRSP, onde transmitiu os seus objetivos e as suas prioridades.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, dir-me-ão que o Governo só agiu agora, depois da fuga de cinco reclusos — nada mais injusto.

A 2 de julho, o Conselho de Ministros autorizou a DGRSP a adquirir serviços de vigilância eletrónica para execução de decisões judiciais até ao montante de 25 milhões de euros até 2029. A 10 de julho, escassos meses depois de o Governo tomar posse e depois de longas semanas de negociação que se iniciaram logo em 3 de maio, acordámos o aumento do suplemento por serviço dos guardas prisionais e abrimos nessa mesma data as negociações para a revisão do modelo de avaliação de desempenho. Em agosto, foi aprovado o recrutamento de 90 pessoas para a DGRSP, e as provas de seleção estão a decorrer. A 11 de setembro, fechámos o acordo com os sindicatos representativos dos guardas e dos chefes sobre o novo modelo de avaliação de desempenho, equiparando-o ao modelo da PSP (Polícia de Segurança Pública). Nesse mesmo dia, o Ministério das Finanças anunciou ter autorizado o recrutamento de 225 guardas prisionais, processo iniciado em julho pelo Ministério da Justiça. Até ao final do mês, vão ser entregues sete novas viaturas celulares, distribuídas por cinco estabelecimentos prisionais e pelo Grupo de Intervenção e Segurança Prisional.

Na torrente de comentários e informações que ouvimos na última semana, muita coisa foi dita faltando à verdade, que quero aqui repor.

O EP de Vale de Judeus não estava sem diretor há quatro meses, nem o diretor estava de baixa. O diretor de Vale de Judeus aposentou-se a 1 de julho, a aposentação foi publicada em *Diário da República* a 1 de agosto.

O EP não ficou sem diretor após a aposentação do anterior diretor. Assumiu funções o diretor adjunto com plenos poderes.

Não foi por falta de conhecimento ou formação que os guardas não acionaram o SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal). O funcionamento do SIRESP faz parte do curso de formação de guardas, além de ter havido formação quando foi instalado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — O sistema SIRESP não foi acionado, porque o protocolo indica que, naquele caso, o que deve ser feito é usar o SIRESP apenas para comunicações de rádio.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, há muito trabalho a fazer, mas já há mudanças em curso. De nada valerão estas mudanças e melhorias, se quem trabalha nas prisões não for intransigente no cumprimento das normas de segurança e se quem as dirige não o fizer com competência, empenho e responsabilidade.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Pela minha parte, estou disponível para ser a primeira a dar o exemplo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista cinco pedidos de esclarecimento para a Sr.<sup>a</sup> Ministra, que nos informou de que responderá primeiro a um bloco de três e depois de dois.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Um a um! Um a um é que era!

O Sr. **Presidente**: — Tem então a palavra o Sr. Deputado António Filipe, para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr.<sup>as</sup> Secretárias de Estado, Sr. Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, permitam-me, muito brevemente, que me associe às expressões de pesar pelas vítimas dos incêndios e de apreço por todos aqueles que dão o melhor de si para combater esta calamidade que se abateu sobre o nosso País.

Vamos então ao sistema prisional, Sr.<sup>a</sup> Ministra. Não me vou referir aos aspetos concretos e particulares desta gravíssima fuga de Vale de Judeus. Essas circunstâncias estão a ser apuradas, não de ser apuradas, e terá de haver responsabilidades pelo que se passou.

Mas os problemas do sistema prisional não são segredo para quem estiver atento. E aquilo que mais estranhámos da intervenção da Sr.<sup>a</sup> Ministra foi ter-nos dito que vai ser agora feito um levantamento para estar pronto nos próximos três meses, segundo percebi, até ao final do ano, sobre a situação concreta dos 49 estabelecimentos prisionais, para se ver as medidas que é necessário tomar.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, quem estiver atento sabe quais são os problemas. A Sr.<sup>a</sup> Ministra é ministra agora. Não é exigível que, no intervalo de tempo que passou em que é ministra, se tenha apercebido já de todos os problemas. Mas os problemas do sistema prisional estão detetados há muito tempo, e há imensos documentos sobre isso. A Sr.<sup>a</sup> Ministra não é fundadora do Ministério da Justiça e há de haver, certamente, no Ministério da Justiça, serviços que tenham esse levantamento feito, para que não seja preciso três meses para saber quais são os problemas que é preciso atacar no sistema prisional.

Mas, se alguém no Ministério não souber, Sr.<sup>a</sup> Ministra, pergunte aos sindicatos, quer dos guardas prisionais quer dos técnicos de reinserção social, que eles dizem, porque sabem, porque denunciam.

Bom, isto não é novo. Eu estive a ver que, em 2017, o PCP apresentou nesta Assembleia um projeto de lei para um plano de investimentos no sistema prisional, que era necessário. Porquê? Porque o Governo tinha-o anunciado, mas não o estava a pôr em prática. Também tinha anunciado um plano para 10 anos, mas nunca passou do ano zero.

E esse tem sido efetivamente o problema. É que cada Governo anuncia que vai fazer um diagnóstico, faz o diagnóstico, conclui que, em função desse diagnóstico, há uma série de medidas que é preciso tomar, mas depois não as toma. Medidas anunciadas, como por exemplo o encerramento do EPL (Estabelecimento Prisional de Lisboa), em face das suas condições indignas, e a distribuição daqueles reclusos por outras cadeias, até agora, zero!

*Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.*

Portanto, o problema é que diagnósticos tem havido muitos, mas medidas concretas sobre o sistema prisional tem havido, efetivamente, muito poucas, daí que os problemas se avolumem quer na segurança, quer na situação profissional de todos os que trabalham no sistema prisional, e também nas condições dos próprios reclusos.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Ministro, Sr.<sup>as</sup> Secretárias de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, bom, temos de fazer a cronologia dos factos, e a verdade é que este Governo tem sempre a mania de fazer desaparecer os ministros quando temos um problema.

Reparem que esta Ministra desapareceu durante quatro dias. Agora, a Ministra da Administração Interna desapareceu, nos incêndios, e os secretários de Estado, eu até julgo que nem existem neste Governo, porque eles nunca aparecem para dizer nada.

A PSP foi avisada 3 horas depois disto, a PJ (Polícia Judiciária) foi avisada 5 horas depois e 80 horas depois foram emitidos os mandados de captura. A Sr.<sup>a</sup> Ministra trouxe mais um número novo: foi 72 horas depois que recebeu dos serviços a informação de que tinha havido uma fuga de cinco reclusos em Vale de Judeus.

A pergunta que lhe faço é muito simples, Sr.<sup>a</sup> Ministra: quando soube disso, porque é que não fecharam as fronteiras? Onde é que estão estes reclusos? Porque em Portugal tudo é fácil: é fácil sair de Vale de Judeus e chegar rapidamente ao norte da Europa, porque as fronteiras não foram fechadas. Essa é a principal entrada ou saída destes meliantes.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, tenho mais para lhe dizer. Em alguns estabelecimentos prisionais, em Portugal, existem 30 guardas prisionais para 600 reclusos. À noite, por vezes, são dois guardas prisionais que tomam conta deste número de reclusos. Não fogem mais, Sr.<sup>a</sup> Ministra — vou-lhe dizer olhos nos olhos —, porque não querem.

**Vozes do PSD**: — Oh!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É isso que os guardas prisionais nos transmitem.

*Aplausos do CH.*

Porque faltam guardas prisionais em Portugal? Nós sabemos que a carreira não é atrativa. Tudo o que tem a ver com segurança, o Partido Socialista destruiu, destruiu completamente, desde a PSP à GNR (Guarda Nacional Republicana), aos guardas prisionais, ao SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras). Tudo o que seja segurança, o PS não gosta. Mas o PSD, pelos vistos, também pouco ou nada tem feito. Dos 3500 guardas prisionais que existem, 500 estão de baixa e 700 estão quase na reforma. O último concurso que abriu, num Governo socialista, foi para 150, e concorreram 103.

Se hoje a Sr.<sup>a</sup> Ministra abrisse um concurso, não haveria ninguém a concorrer. Sabe porquê? Porque a carreira não é atrativa. Na Roménia — repare, na Roménia! —, o ordenado de um guarda prisional é de 1200 €, e aqui é de 800 e poucos euros.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, temos de mudar e dar dignidade à carreira de guarda prisional. É essa a competência do seu Governo e tem de o fazer muito, muito rapidamente.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, para formular um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr. Ministro, Sr.<sup>as</sup> Secretárias de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, permita-me também, Sr. Presidente, uma palavra de solidariedade aos nossos concidadãos que enfrentam um momento tão difícil por causa dos fogos em todo o País, às corporações de bombeiros, aos familiares e aos amigos das vítimas.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, no seguimento desta fuga, grave, dos detidos do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, aquilo que foi anunciado e aquilo que a Sr.<sup>a</sup> Ministra nos repetiu aqui hoje foi uma auditoria. No entanto, convenhamos, esta realidade dos estabelecimentos prisionais em Portugal não é nova. Falamos da falta de condições de trabalho, da degradação das infraestruturas, das condições da detenção, das condições de trabalho — e, quando falamos das condições dos estabelecimentos prisionais, não apenas dos detidos, dos guardas, da própria segurança, como esta situação o demonstra, tudo isso está em causa.

Quer o Comité para a Prevenção da Tortura, do Conselho da Europa, quer a Provedoria de Justiça fazem visitas regulares aos estabelecimentos prisionais em Portugal e qualquer uma destas entidades tem sido bastante vocal nos seus relatórios relativamente a todas estas questões, nomeadamente ao rácio de trabalhadores por pessoas detidas, às condições materiais, incluindo preocupações de segurança das instalações destes estabelecimentos prisionais.

Aliás, não é por acaso que Portugal tem sido diversas vezes condenado no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos por falta de condições nas prisões.

Este não é um tema que seja popular, não é um tema que seja fácil de ser discutido, e isso explica, em parte, o desinteresse e a falta de prioridade que têm sido dados a esta matéria nas últimas décadas, com consequências bastante graves.

Muito mais do que fazer passa-culpadas, apontar dedos, é preciso que a Sr.<sup>a</sup> Ministra nos diga o que é que o Governo neste momento vai fazer.

O diagnóstico já está mais do que feito. Nós vamos ficar à espera até 31 de dezembro para depois, então, serem tomadas medidas? O que é que vai ser feito já no Orçamento do Estado que vamos discutir, em termos de investimento nas condições de trabalho, nas condições de segurança? O que é que o Governo nos vai apresentar? Ou vamos chutar este tema para as calendas, esperar que as pessoas esqueçam e, depois, em 2025, logo discutiremos a questão?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, já foi detetado o problema com a contagem dos tempos e vai ser retificado.

Para responder aos pedidos de esclarecimento, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Ministra, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, tenho apenas 3 minutos para responder às três perguntas, mas vou tentar ser breve e ir ao ponto.

Os problemas não são desconhecidos; os problemas são mais graves do que os que são conhecidos. Nós não queremos atuar com base em relatórios antigos, de 2017, que não foram cumpridos. Nós queremos apurar a real situação, hoje, dos estabelecimentos prisionais, designadamente a nível de segurança, que é um tema prioritário para nós. Queremos ter a certeza de que os melhores métodos estão a ser implementados, com rigor, tendo em conta também os desenvolvimentos tecnológicos que existiram.

Quanto às perguntas, o diálogo com os guardas prisionais e com os chefes tem sido muito profícuo e tem sido feito, desde a primeira hora, no Ministério da Justiça, Sr. Deputado António Filipe.

Quanto à interpelação do Sr. Deputado Pedro Pinto, a Ministra não desapareceu. A Ministra não desaparece, a Ministra esteve atenta e a acompanhar todos os assuntos desde a primeira hora.

O Sr. **André Ventura** (CH): — À distância!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Vamos lá ver, Sr. Deputado, eu não estou a falar com o Sr. Deputado, estou a falar com o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É a mesma coisa!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, eu, a Ministra — e aproveito também para deixar isto bem claro —, estava no Norte, num casamento, num evento pessoal, de onde vim, no próprio sábado, mal percebi o que tinha acontecido. Estava a entrar na missa, pedi para me irem buscar, porque era um evento pessoal e não estava acompanhada dos meus seguranças. Pedi para os seguranças se deslocarem do Ministério até ao Norte, para me trazerem para baixo. Foi o tempo de eu chegar. Estive a acompanhar desde a primeira hora, com a Ministra da Administração Interna, com a Polícia Judiciária, com o gabinete do Sr. Primeiro-Ministro, com as secretárias de Estado e com a própria DGRSP, todos os eventos, na promoção das reuniões, na organização da conferência de imprensa. Eu não preciso de estar nas luzes da ribalta, mas preciso, com certeza, de ajudar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Demorou três dias!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Eu demorei o tempo que foi necessário. Acho que não devemos entrar em diálogo. Não conheço bem as regras, sou uma estreante, mas acho que não é suposto entrarmos em diálogo.

O Sr. **Presidente**: — A regra é não haver diálogo, precisamente, Sr.<sup>a</sup> Ministra.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Peço desculpa.

Relativamente à segurança, pois com certeza, a segurança é prioritária para nós, como aliás referi, e por isso foi um foco.

Perguntou sobre «se abrisse um concurso». Não, Sr. Deputado, o concurso está a ser aberto. Já temos a aprovação para abrir concurso para 225 guardas prisionais e fizemos uma valorização da carreira para tornar mais atrativa esta solução.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quantos vão concorrer?

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Muacho — peço desculpa, gostaria só de responder —, acompanhamos com muita preocupação os relatórios do Comité para a Prevenção da Tortura e do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. É um tema que está profundamente na nossa agenda e, por isso mesmo, vamos fazer uma análise à luz destes mesmos relatórios e vamos atuar com base nos mesmos.

Um problema de cada vez, porque os problemas são muitos e não os conseguimos resolver todos ao mesmo tempo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Chega. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>a</sup> Ministra, este debate não se pode fazer sem se falar dos guardas prisionais. Sabemos que eles estão num número muito inferior àquele que deviam estar, sabemos que há pouca atratividade na carreira, sabemos que, hoje em dia, muitos estabelecimentos prisionais estão abertos porque eles, por sentido de missão, mantêm os seus compromissos.

É verdade também que o pessoal do corpo da guarda prisional tem um dever de disponibilidade permanente, não se pode ausentar se houver perigo ou se houver alguma situação de segurança prisional e, portanto, tem aqui um dever especial relativamente a outros trabalhadores. Ora, qual é o problema? É que todos os dias há uma situação de risco ou de perigo, porque todos os dias há guardas em falta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — E, portanto, todos os dias estes homens e mulheres têm, com o seu sacrifício pessoal, de suprir as falhas de recursos humanos, sobre as quais não têm qualquer responsabilidade. São, sim, falhas no sistema provocadas pelos sucessivos Governos, colocando em risco a segurança dos próprios guardas, dos reclusos e, como vimos, também a segurança pública.

Mas a situação torna-se bastante mais grave, porque estes profissionais, apesar de serem recorrentemente chamados para fazer horas extra e de trabalharem nas suas folgas, como se lhes aplica a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, não podem, em cada mês, receber por trabalho suplementar mais do que um terço da sua remuneração base. A partir desta altura, eles não podem trabalhar mais, mas trabalham. São reiteradamente chamados, o limite é atingido, as horas continuam a ser exigidas, mas não são pagas. Estas pessoas estão a trabalhar à borla. Portanto, já é mau estarem reiteradamente a fazer horas extraordinárias, mas trabalharem sem receber é exploração, Sr.<sup>a</sup> Ministra, e isso é algo que deveria envergonhar este Governo.

*Aplausos do CH.*

A pergunta que lhe faço é muito simples. No período da pandemia, estas horas já foram pagas e, por isso, queremos saber, já que o problema da falta de guardas não se vai resolver de um dia para o outro, se as horas extras serão todas integralmente pagas aos guardas prisionais.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, queria obviamente começar por deixar uma palavra de solidariedade para as populações que, por todo o território, lutam contra os incêndios, e também uma homenagem, um agradecimento, aos bombeiros e às forças da proteção civil.

É certo que ainda não chegou o momento, mas virá, sim, o momento de fazer perguntas difíceis: porque é que são sempre as mesmas áreas a arder?

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Porque é que Portugal é o país com mais área total de eucalipto na Europa? Porque é que Portugal tem a maior área, em percentagem do território, de eucalipto do mundo? Estas são perguntas que temos de fazer. Temos também de perguntar que poder é este de interesses económicos que desfiguram o nosso território e que expõem, desta forma, as nossas populações.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as prisões?!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Não deixaremos esquecer a tragédia, não deixaremos esquecer estas perguntas.

Hoje, o debate é sobre outro tema, que também é grave. Não desvalorizamos a gravidade do sucedido, até porque, na sua excecionalidade, acaba por revelar problemas estruturais, que já aqui foram revelados, sobre o sistema prisional.

As condições de segurança das prisões não são alheias às condições de trabalho dos guardas prisionais, dos serviços prisionais, e não são alheias à insuficiência de investimento, que se traduz em más condições materiais, em problemas de segurança e também nas condições sub-humanas em que vive a população prisional.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra disse aqui, e bem, que o Governo, o Estado, a democracia, condenam pessoas à privação da sua liberdade, não condenam pessoas a maus-tratos. O Estado não condena a maus-tratos e, por isso, tem o dever de garantir a segurança das populações, dos guardas prisionais e também da população prisional.

Faço-lhe uma pergunta muito direta: como é que avalia a fusão, em 2012, da Direção-Geral de Reinserção Social com a Direção-Geral dos Serviços Prisionais? Melhorou a reinserção social? Melhoraram os serviços prisionais com essa reforma que foi feita pelo PSD?

*Aplausos do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Ministra, para responder. Dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Rodrigues, quando chegámos ao Governo, a nossa primeira preocupação foi olhar para as pessoas e, conscientes das dificuldades que existem, designadamente de recrutamento, procurar negociar, neste caso, com os guardas prisionais, uma carreira que pudesse ser mais atrativa, para, de seguida, podermos abrir o concurso para a contratação de mais guardas prisionais. Estava na nossa agenda, é a nossa prioridade, estamos a cuidar disso desde o primeiro momento e achámos que deveríamos começar por aqui: primeiro, as pessoas, depois, o que se segue.

Nós pagaremos, o Governo pagará, as horas extraordinárias, de acordo com os termos legalmente aplicáveis. Nem poderia ser de outra forma.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, relativamente à fusão feita entre a reinserção social e os serviços prisionais, eu não vou distinguir uma da outra. Acredito convictamente que a proximidade destas duas realidades é importante. Não consigo também distinguir uma reinserção social dos serviços prisionais. Agora, se a forma como ela está a ser operada, se a fusão foi efetiva, se foi bem conseguida, é exatamente o que queremos apurar com a auditoria de gestão que vamos levar a cabo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, passamos agora ao debate, mas a Mesa não regista inscrições.

*Pausa.*

O telefone toca...

*Pausa.*

Então, para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de entrar no debate que aqui nos traz hoje, não posso deixar de aderir às palavras de solidariedade, já expressas, não apenas para com as vítimas e seus familiares, mas também para com todas e todos os nossos bombeiros, militares, operacionais no terreno e população que está a procurar salvar as suas casas, os seus animais e a floresta, e que estão em absoluto desespero e exaustão nestes últimos dias.

Isto deverá, evidentemente, convocar esta Assembleia para um outro debate sobre a nossa floresta e sobre os incêndios em Portugal, que não têm apenas mão criminosa, também resultam de uma má gestão do



ordenamento do território, mas este é um momento de dor, de pesar e de respeito por todos aqueles que dão a sua vida pela nossa vida e segurança.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Posto isto, relativamente ao debate de hoje, é certo que a fuga destes cinco prisioneiros é um episódio de elevada gravidade, que trouxe à luz uma realidade, no mínimo, alarmante, em relação ao sistema prisional português, em particular às fragilidades do sistema de Vale de Judeus. Mas não nos podemos esquecer de que, apesar da auditoria que foi ordenada pela Sr.<sup>a</sup> Ministra a todos os estabelecimentos prisionais, por meio da qual reconheceu o desleixo, a facilidade e a irresponsabilidade que permitiram este incidente, e apesar da demissão que ocorreu, há uma reflexão mais profunda que devemos fazer: não apenas em relação aos estabelecimentos prisionais, mas também à forma como as penas são aplicadas e à falta de alternativas, sobretudo para crimes menores.

Isto não significa que não haja, depois, também uma outra dimensão. Para o PAN, a par desta reflexão, é preciso que seja feita também uma adequada valorização dos profissionais e das forças de segurança, sob pena de continuarmos a ter uma perda sistemática dos guardas que estão nos estabelecimentos prisionais.

Recordamos que, aquando do debate em torno da atribuição do suplemento de missão às forças de segurança, o PAN defendeu que os guardas prisionais deveriam receber um suplemento do mesmo valor que os restantes profissionais de segurança. No entanto, esta proposta foi rejeitada e a solução alcançada prevê um suplemento inferior, o que é incompreensível, é injusto e não garante a retenção de pessoas neste tipo de trabalho, que, como bem sabemos, já tem toda uma pressão e uma dificuldade acrescidas, tendo em conta a tipologia dos crimes e o contexto laboral em que os guardas têm, diariamente, de trabalhar.

A esta realidade junta-se também a de outros profissionais, como os técnicos de reinserção social — que são a base do nosso sistema prisional —, muitas vezes com carreiras de décadas, que enfrentam uma estagnação profissional inadmissível.

Mas isto deve-nos levar ainda à questão de adaptarmos a vida das pessoas à prisão e à questão da reincidência, sendo que o próprio Observatório Europeu das Prisões já concluiu que as regras penitenciárias do Conselho da Europa são, na prática, ignoradas no nosso País. Por isso, ainda hoje, gostaríamos de ouvir falar, em particular do Governo, sobre o que é que está a ser feito para, por um lado, melhorar as condições dos guardas prisionais e, por outro, para evitar a reincidência, mas também a corrupção, como denunciou a reportagem da SIC.

Assim, gostaríamos de ver estas questões respondidas, ainda hoje, por parte do Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E as touradas?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira, do Partido Socialista, que dispõe de 16 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Da intervenção da Sr.<sup>a</sup> Ministra, e pelo que sabemos até agora, a fuga dos detidos perigosos não se deveu a falhas técnicas ou culpas passadas. A Sr.<sup>a</sup> Ministra falou na responsabilização a vários níveis, estando a decorrer auditorias e inspeções cujos resultados aguardamos.

Certo é que, sendo a fuga grave, não pode quem faz política com seriedade aproveitar o caso para debater, a partir dele, o tema da segurança em modo pouco sério, como se agora estivesse em causa a segurança das populações. Quem faz política com seriedade sabe que a nossa taxa de fuga de reclusos é cinco vezes inferior à da União da Europeia: se cá é de 6,5 fugas por 10 000 reclusos, a da União Europeia é de 32. As nossas prisões têm cumprido a função de impedir os reclusos de fugir.

Seria bom que parássemos mais tempo a refletir sobre o que vários relatórios internacionais dizem acerca do nosso sistema prisional. Ele é mau, em muitos aspetos, para os reclusos, mas esse debate não rende votos, apesar de ser o debate que testa o nosso apego à dignidade; ainda temos más condições e prisões, em muitos casos, sobrelotadas; e já fomos, como aqui foi referido pela Sr.<sup>a</sup> Ministra, condenados pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos.

Foi por isso que, em novembro de 2022, foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros para a despesa e assunção de encargos plurianuais, tendo em vista a requalificação e construção de infraestruturas noutros estabelecimentos prisionais geograficamente próximos de Lisboa, permitindo aumentar a lotação e a capacidade de alojamento existente, e, assim, receber reclusos do EPL.

Era urgente atacar os pontos críticos apontados a Portugal, e o investimento total, até 2026, é de 24 milhões de euros. Mas é preciso fazer mais, é preciso fazer muito mais!

Também é certo que, independentemente de serem necessários mais recursos e guardas prisionais, o rácio que temos de reclusos por guarda prisional é de 3,1, melhor do que os 3,8 da União Europeia, melhor do que Espanha, França ou Inglaterra. Temos de fazer mais, também em termos de gestão.

Por outro lado, um dos países mais seguros da União Europeia, que é Portugal, tem uma taxa de 121 reclusos para 100 000 habitantes, quando a da Europa é de 108. Porquê? Temos de nos perguntar «porquê».

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque o PS governou!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — A pena média efetiva é, em Portugal, de 28 meses; na União Europeia é de 11! Temos de nos perguntar «porquê».

Em Portugal, 56 % dos reclusos cumprem mais de cinco anos de pena — enquanto na União Europeia são 34,5 % —, sendo que só 9,3 % cumprem pena por homicídio e 28 % por crimes violentos. Ou seja, prendemos muito e por muito tempo. Porquê?! As prisões não são adequadas para quem conduz sem carta, para quem não consegue pagar multas, para quem é, na verdade, um toxicodependente.

Como escreveu ontem, no *Público*, João Matos Viana: «Entre hoje e quinta-feira, e num momento em que a notícia da fuga de cinco reclusos de Vale de Judeus ainda está efervescente, o Conselho da Europa vai realizar uma avaliação do sistema prisional português.» E deixo-vos a sua reflexão: «Como é que se elimina a sobrelotação prisional? Entre outras soluções, a documentação das anteriores avaliações do Conselho da Europa aponta, sistematicamente, para a necessidade de Portugal reforçar as condições de aplicação de medidas alternativas ao encarceramento. Estas medidas nada têm que ver, e não podem ser confundidas, com a simples libertação de presos, ao contrário do que, por vezes, incorretamente se alega no debate público.

O encarceramento nem sempre é a melhor solução e muitas vezes pode mesmo ser a pior. Dependendo do caso, a melhor solução pode consistir na realização de trabalho comunitário, no cumprimento de um plano de reinserção social no âmbito da suspensão da execução da pena ou na liberdade condicional, entre outras possibilidades. Quando bem aplicadas, estas soluções evitam o efeito dessocializador do encarceramento, aumentam as probabilidades de sucesso da reintegração social do condenado e, por essa via, aumentam os níveis de segurança da sociedade, contribuindo também para uma melhor gestão dos recursos atribuídos às prisões.»

Precisamos de nos unir na aposta no «investimento sério nos meios humanos e técnicos das equipas de reinserção social que prestam assessoria técnica aos tribunais e nos estabelecimentos prisionais», como é referido pelo cronista.

Uma coisa é certa: a questão da segurança prisional é ampla e não encontra solução boa na reconstrução das torres de vigilância ou na eletrificação da rede de arame farpado. Quem assim pensar, está a pensar no rescaldo de uma fuga e não na serenidade da razão, dos factos e do que são, efetivamente, os problemas do nosso sistema prisional.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foram os guardas que disseram!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Barreira Soares, Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 11 minutos e 43 segundos.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr. Presidente, queria, desde já, cumprimentá-lo e, na sua pessoa, cumprimentar os membros do Governo e todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Ministra, vou-me dirigir a si e colocar-lhe algumas questões, que gostaria de ver respondidas.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Pedro Duarte): — Podia ter feito um pedido de esclarecimento!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — A Sr.<sup>a</sup> Ministra referiu, na sua intervenção, que os guardas tinham formação no SIRESP. Então, pergunto eu, porque dizem os guardas da prisão de Vale dos Judeus que não sabiam utilizar o sistema?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Ministra, o SIRESP, que custou ao erário público cerca de 500 milhões de euros, daria um alerta imediato para todo o País e todos teriam conhecimento da fuga dos prisioneiros. É inadmissível este sistema não ter sido utilizado, e é inadmissível porque os guardas dizem que não têm formação nem autorização para o usar — não o sabem usar.

A fuga de Vale de Judeus deu-se pelas 10 horas da manhã e só às 12 horas é que foi dado o primeiro alerta. Segundo o que entendi, são dados várias alertas, onde até sinais de luz das carrinhas valem...

Sr.<sup>a</sup> Ministra, como é possível, numa cadeia de alta segurança, ter sensores inativos? Como é possível a rede não estar eletrificada, porque o quadro se desligava?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Como é possível desativarem as torres de vigia? Como é possível existirem zonas que não estão vigiadas, por falta de guardas? Como é possível ter um guarda para 200 câmaras?

Quanto ao sistema SIRESP — voltando ao dito sistema em que a Sr.<sup>a</sup> Ministra diz que os guardas tinham formação —, até entendo porque é que não deram formação ou deram uma má formação. É porque toda a gente sabe que o sistema não funciona ou funciona mal.

Relativamente a tudo o resto, das duas uma: ou é incompetência ou é má vontade. Portanto, pretendia que a Sr.<sup>a</sup> Ministra me explicasse o que é que vai fazer para resolver todas estas situações e para que não voltemos a ter bandidos a fugir das nossas cadeias desta forma.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, que dispõe de 2 minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Barreira Soares, do Chega, o suplício não restabelece a justiça, retira o poder. É uma citação do filósofo e sociólogo francês Michel Foucault...

**Vozes do CH:** — Oh...!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ui, ui!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... que se encontra em diversos documentos académicos, não numa tese de doutoramento de um Deputado ou de uma Deputada do Bloco de Esquerda,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito isento!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... mas, sim, numa peça académica substantiva onde um ilustre aluno da Faculdade de Direito, que recebeu uma bolsa para ir estudar a Cork, chega à conclusão de que a evolução

legislativa da criação de uma lei criminal do inimigo, o populismo penal, o excesso de detenções, o discurso do medo,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso foi noutra vida!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... o excesso da população prisional degrada a saúde mental dos detidos, os recuos nos direitos fundamentais dos cidadãos não trazem mais segurança.

*Protestos do CH.*

E quero perguntar ao Sr. Deputado se reconhece que nas conclusões desta tese de doutoramento, cujo autor está entre nós —...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Quem terá sido?!

**Vozes do CH:** — Tiraste algum?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... é o Sr. Dr. André Ventura, formado pela Universidade de Cork —, se alerta para os perigos de nas democracias se avançar para o populismo punitivo e penal.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do CH e de Deputados do PSD e contraprotestos do BE e do L.*

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado.

*Continuação de protestos do CH e de Deputados do PSD e de contraprotestos do BE e do L.*

O Sr. Deputado Barreira Soares pretende responder, certo?

*Continuação de protestos do CH e de Deputados do PSD e de contraprotestos do BE e do L.*

Srs. Deputados, a resposta ao pedido de esclarecimento não é coletiva, é individual. Quando for coletiva, posso dar... Tem de ser individual.

Portanto, Sr. Deputado Barreira Soares, faça favor. Para responder, dispõe de 2 minutos.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, muito lhe agradeço a questão colocada, porque entendo que de filósofos percebe o Bloco de Esquerda. Às vezes, já me parece o Partido Comunista, que engoliu uma cassete e não arranca dali.

*Risos e aplausos do CH.*

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Fraquinha, essa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está com dificuldade!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr. Deputado, falemos de assuntos reais. Os Srs. Guardas prisionais não têm condições, são poucas as pessoas que estão nas prisões para a quantidade de prisioneiros que estão ali.

Pedia-lhe que caísse na realidade: caia no mundo real, Sr. Deputado, porque o Sr. Deputado vive num mundo muito aéreo, naquele da filosofia, que às vezes foge um bocadinho à realidade. Às vezes foge um bocadinho...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Deputado, se quiser mando-lhe o PDF (*portable document format*)!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Eu não o interrompi quando o Sr. Deputado falou. Pedia-lhe, então, que não me interrompesse também.

*Aplausos do CH.*

Portanto, Sr. Deputado, caia no mundo real e veja que o Bloco de Esquerda não tem condições nenhuma para estar aí. Ou muito me engano ou na próxima Legislatura não vai estar aí ninguém,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É?!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — ... porque vão ficar a estudar filosofia. Pode ser que estudem a filosofia correta, desta vez!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do BE, do PCP e do L e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar agora a palavra, para uma intervenção, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Margarido, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, que dispõe de 16 minutos. Faça favor.

*Continuação de protestos do BE e do L e de contraprotestos do CH.*

Vamos ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada, agora.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Margarido** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, Sr. Ministro Pedro Duarte: Este é um tema que exige de nós a maior seriedade, a maior honestidade intelectual, um tema que não é compatível com politiquices. Nesta medida, torna-se urgente fazer aqui uma breve resenha histórica do que tem acontecido no nosso Parlamento sobre este sistema prisional.

Dito isto, recordo que no Governo de Durão Barroso, de 2002 a 2004, a então Ministra da Justiça Dr.<sup>a</sup> Celeste Cardona, de quem penso que se recordam, através de portaria, procedeu à criação da Comissão de Estudos e Debate da Reforma do Sistema Prisional,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Margarido** (PSD): — ... presidida pelo Sr. Dr. Freitas do Amaral.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Pois foi...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Margarido** (PSD): — A 12 de fevereiro de 2004, a dita comissão emitiu e apresentou o seu relatório, que já contemplava um conjunto de recomendações.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Pois já!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Margarido** (PSD): — Nessa sequência, o Governo do Dr. Santana Lopes, de 2004 a 2005, apresentou a então famosa Lei-Quadro da Reforma do Sistema Prisional, que caducou com o termo da XIX Legislatura.

Tal proposta foi retomada na Legislatura seguinte, num Governo em que era Primeiro-Ministro o Sr. Eng.<sup>o</sup> José Sócrates, que foi discutida e rejeitada, na generalidade, com o voto contra do PS e os votos a favor do PSD, do CDS-PP, do Partido Comunista, do Bloco de Esquerda, de Os Verdes e também da Deputada Luísa Mesquita.

Em 2006, no primeiro Governo do Eng.<sup>o</sup> José Sócrates, voltando uns aninhos atrás, o então Secretário de Estado Adjunto da Justiça, o Dr. Conde Rodrigues, confirmou publicamente que o Ministério da Justiça vendeu as instalações do Estabelecimento Prisional de Lisboa por 60 milhões de euros, valor esse que seria canalizado para a construção de dois novos estabelecimentos prisionais para onde seriam transferidos, quando a respetiva construção estivesse concluída, os reclusos do estabelecimento prisional de Lisboa.

A 27 de junho de 2008, o então Ministro da Justiça Dr. Alberto Costa apresentou a reforma do parque prisional, um investimento de cerca de 450 milhões de euros para o quinquénio 2008–2013 que previa várias medidas que não foram cumpridas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade! O PS também não cumpre nada!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Margarido** (PSD): — Durante o Governo de maioria absoluta do Eng.<sup>o</sup> José Sócrates, além do Estabelecimento Prisional de Lisboa, os Estabelecimentos Prisionais de Pinheiro da Cruz, de Castelo Branco e de Portimão também foram vendidos, passando o Estado a pagar as rendas pela respetiva ocupação. E os valores que entretanto ficaram e que resultaram dessas vendas?!

No Governo do Dr. Pedro Passos Coelho, a opção política foi a de proceder à requalificação e ampliação dos estabelecimentos prisionais, em vez de construir novos, para permitir assim uma significativa redução da despesa e para dar lugar a outros investimentos importantes, também na área dos estabelecimentos prisionais.

Nesse Governo, a Sr.<sup>a</sup> Ministra Paula Teixeira da Cruz, de quem penso que este Parlamento também bem se recorda, negociou com os guardas prisionais o Estatuto do Corpo da Guarda Prisional, que foi aprovado pelo respetivo decreto de lei em 2014 e que, volvidos mais de 10 anos, não conhece regulamentação. Ou seja, mais um diploma que foi aprovado por este Plenário e que não teve efetividade por falta de regulamentação.

E agora recordo que o PSD tudo fez para que pudesse acontecer essa regulamentação, mas, infelizmente — e em sede de Orçamento do Estado —, estas sucessivas propostas de regulamentação do PSD foram reprovadas pelo Governo PS: nas propostas de Orçamento do Estado de 2022, 2023 e 2024.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Margarido** (PSD): — Portanto, temos feito caminho. O PSD tem feito caminho, mas, infelizmente, esse caminho tem sido sucessivamente recusado com justificações orçamentais.

Recordo que no primeiro Governo do Dr. António Costa, no qual era Ministra da Justiça a Dr.<sup>a</sup> Francisca Van Dunem, que este Parlamento bem conhece, foi apresentado o famoso relatório sobre o sistema prisional e tutelar. Acompanhando um bocadinho as declarações do Sr. Deputado António Filipe, realmente temos tido bastantes relatórios e bastantes estudos, mas não posso deixar de frisar que neste relatório era dito taxativamente o seguinte: «O sistema prisional ressent-se de um continuado desinvestimento na área dos equipamentos de segurança [...], bem como de uma depauperização dos seus recursos humanos e materiais adequados para fazer face às necessidades atuais.» Dizia o relatório que urge «Planear e executar, faseadamente, a qualificação dos equipamentos de segurança existentes e substituir os inoperacionais, prosseguindo ao mesmo tempo a renovação [...]».

O que é que aconteceu com este plano? Mais uma vez, foi esquecido e colocado na gaveta pelo Governo socialista, porque a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, Dr.<sup>a</sup> Catarina Sarmento, não o efetivou, não concretizou medidas; optou por fazer um levantamento das necessidades do edificado na área da Justiça.

Não nos esqueçamos — e já aqui também foi dito — que em 2019 Portugal foi condenado pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos no famoso caso Petrushko. Nesse processo, aquela instância declarou que no nosso País existia um problema estrutural de sobrelotação no sistema prisional, pelo que recomendava que Portugal adotasse um conjunto de medidas que dignificassem as condições materiais e de detenção dos reclusos.

Desde então, como também já foi referido, o Conselho da Europa tem vindo a supervisionar a implementação dessas medidas pelo Estado português. E eis que o Mecanismo Nacional de Prevenção, no ano de 2023, após visitar várias prisões, fez verter nos seus relatórios o parecer de que, não obstante o investimento que Portugal fez em obras de melhoria nos anos de 2021 e 2022, a verdade é que continuam a existir estabelecimentos prisionais em que — pame-se! — se verifica a inexistência de privacidade nas instalações sanitárias e nas celas

com ocupação coletiva, bem como pragas de percevejos e uma densidade populacional prisional acima da capacidade das respetivas estruturas.

E agora?! O que é que vamos fazer?

Estimados Deputados, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>a</sup> Ministra — na qual depositamos a maior e absoluta confiança —, tal como a Sr.<sup>a</sup> Ministra e o seu douto Ministério já estão a fazer, agora é «fazermo-nos ao largo».

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Ao largo, para trabalhar por um sistema prisional digno para todos os seus intervenientes, tanto para guardas prisionais, técnicos profissionais de reinserção social e técnicos superiores de reinserção social como para os reclusos, que devem cumprir as suas penas privativas de liberdade num contexto de reinserção social que tudo deve fazer para evitar a reincidência e a fuga dos reclusos.

Creiam que o PSD tem plena consciência de que, sendo necessário um investimento em meios técnicos e humanos que assegure a segurança nas prisões e havendo a necessidade urgente de reforçar as condições de trabalho dos guardas prisionais e dos demais técnicos, não é menos verdade que também devem ser asseguradas as condições de vida dentro das prisões.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Dos guardas prisionais!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Margarido** (PSD): — E porquê? Porque isso confere dignidade a todos os que lá estão, e, com isso, contribuir-se-á para a pacificação do quotidiano dos estabelecimentos prisionais — e os reclusos não fogem porque não podem, os reclusos não fogem porque não conseguem fugir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mais ou menos!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porque não querem!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Margarido** (PSD): — Não vamos lá com alarmismos.

Dito isto, num curto espaço de tempo, como disse a Sr.<sup>a</sup> Ministra, este Governo já assinou um acordo com os três sindicatos sobre o aumento do suplemento, aceitou a proposta de equiparação para os guardas prisionais e o modelo de avaliação...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... e o Ministério das Finanças, como também já aqui foi dito, autorizou a abertura de um procedimento para a contratação de 225 novos guardas prisionais. E vamos ter, com certeza, mais pessoas a concorrer, porque já foram criadas condições para que estas pessoas considerem esta carreira mais atrativa.

Este Governo tem ainda muito por fazer e creiam que não vai desperdiçar — temos a maior convicção disso — a oportunidade de governar este País com ambição, com respeito pela segurança e pelos direitos, liberdades e garantias de todos os cidadãos, dando diariamente a todos os portugueses um sinal de esperança que é fruto do trabalho e dedicação diária a todos vós, portugueses que nos estão a escutar. Por vós, por Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista pedidos de esclarecimento.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada lembrou-me de como estou velho, porque foi há 20 anos que apresentei a dita cuja proposta, em 2004, como Ministro da Justiça. Por isso, está a ver...!

Assim, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens 8 minutos, Mariana!

O Sr. **Presidente**: — Dispõe de 8 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Antes de mais, queremos, obviamente, associar-nos às palavras, que já aqui foram expressas, de pesar pelas vítimas e de solidariedade e reconhecimento para com todos aqueles que estão a combater esta calamidade.

Quanto ao debate que aqui nos traz, não há dúvida de que os acontecimentos do dia 7 de setembro marcaram a história do sistema prisional português e tornaram visíveis as enormes debilidades existentes.

Esta é uma realidade que, estando longe dos olhares, fora do quotidiano da grande maioria de todos nós, fica muitas vezes esquecida dentro dos muros dos 49 estabelecimentos prisionais, quer em termos de segurança quer quanto às condições em que os reclusos vivem.

Tem sido consensual, por vários Governos, a necessidade de se investir na requalificação dos estabelecimentos prisionais, na sua modernização a nível dos mecanismos de segurança e dos recursos humanos.

Relembro que, em 2015, no Programa apresentado pelo Governo, na altura, do Partido Socialista, podiam ler-se as seguintes intenções: «Elaborar e iniciar a execução de um plano, com o horizonte de uma década, com o objetivo de racionalizar e modernizar a rede de estabelecimentos prisionais e ajustar a rede nacional de centros educativos; Combater a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais, garantir o ambiente de segurança e sanitário e promover o acolhimento compatível com a dignidade humana, o adequado tratamento dos jovens adultos, dos presos preventivos e dos reclusos primários.»

Em 2019 — e depois replicado em 2022 —, era possível ler no Programa do Governo do Partido Socialista o seguinte: «Investir na requalificação e modernização das infraestruturas prisionais e de reinserção social, bem como no acesso a cuidados de saúde da população reclusa, designadamente ao nível da saúde mental».

Agora, em 2024, no Programa do atual Governo, mantém-se a necessidade, e vou citar: «Redimensionar a rede de estabelecimentos prisionais e das equipas de reinserção social e promover a diferenciação e individualização da intervenção dos estabelecimentos prisionais».

Podemos, então, concluir que todos os Governos dos últimos 10 anos identificaram e reconheceram a necessidade de se investir na requalificação dos estabelecimentos prisionais, na modernização dos sistemas de segurança, na formação e valorização dos guardas prisionais e dos técnicos de reinserção e em programas de reabilitação e reinserção.

Em 2017, foi apresentada, pela então Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, uma estratégia plurianual de requalificação e modernização do sistema de execução de penas. Foi feito um diagnóstico extenso e as principais conclusões indicam que há um problema de sobrelotação; que não se consegue aprofundar uma política de especialização no que concerne à situação de alguns grupos de reclusos que precisam de intervenção específica; que alguns estabelecimentos prisionais têm condições de habitabilidade muito degradadas e deficientes e sem uma maioria de alojamentos individuais, algo que é estabelecido de acordo com padrões internacionais em vigor; que vários estabelecimentos têm uma dimensão reduzida, nos quais não é possível encetar programas de ampliação por falta de espaço para crescerem; que o sistema prisional ressentia-se de um continuado desinvestimento na área de equipamentos de segurança, como viaturas, CCTV (*closed-circuit television*), etc., bem como de uma depauperização dos seus recursos humanos e materiais adequados para fazer face às necessidades atuais, tanto ao nível dos guardas prisionais como de técnicos de reinserção; que há debilidades ao nível das respostas para desenvolver uma atividade laboral durante o cumprimento da pena ou medida privativa de liberdade, bem como de políticas estruturadas de reabilitação e de reinserção.

Reconheceram-se muitas deficiências, como as que acabei de elencar. E em vários programas do Governo consta o objetivo da renovação do parque prisional, incluindo a construção de novos estabelecimentos e a aposta em programas de reabilitação e reinserção.

Mas estamos em 2024 e todos os problemas subsistem. E, infelizmente, este é mais um exemplo do falhanço do Estado, ainda para mais numa área tão estrutural e fundamental como a segurança.

Apesar de estarmos sistematicamente a ser alertados e multados pelo Comité Europeu para a Prevenção da Tortura, pelo Subcomité para a Prevenção da Tortura e pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem pela falta de condições mínimas para o alojamento digno de pessoas reclusas; apesar dos permanentes alertas dos representantes dos guardas prisionais para a falta de segurança dos estabelecimentos; apesar da ausência de programas concretos de reabilitação e reinserção, que tornem a reincidência uma realidade cada vez mais



expressiva; e apesar dos vários Governos estarem cientes dos problemas, terem diagnósticos e medidas que até consideravam urgentes para implementar, houve uma completa inação por parte dos agentes políticos, nomeadamente do poder executivo.

Apelamos, então, que face ao diagnóstico que já existe e que reflete a realidade atual, já que pouco ou nada foi feito, face à urgência já identificada e face às medidas que estão já elencadas, que não se tenha de esperar por outra situação limite para que, finalmente, o poder executivo faça o que lhe compete.

Este diagnóstico e balanço não é exclusivo do sistema prisional. Infelizmente, Portugal vai conhecendo várias fatalidades. Sucedem-se, nada é feito, repetem-se. Ao Governo em funções ficará sempre a questão: querem ser mais um Governo que nada faz?

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista pedidos de esclarecimento.

Assim sendo, para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Queria começar por, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, deixar também aqui a expressão da nossa solidariedade para com as populações que neste momento vivem o flagelo da luta contra os incêndios, os bombeiros, as Forças Armadas, as forças de segurança e todos os agentes de proteção civil que, ao lado dessas populações, travam este combate manifestamente desigual, e deixar também uma palavra, ainda mais sentida, às famílias das vítimas, aos seus próximos, aqueles que, infelizmente, já perderam a vida durante estes últimos dias.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O debate que hoje aqui fazemos é também ele sobre uma circunstância grave que aconteceu no País e a primeira coisa que temos de assinalar é que, em nenhum momento, o Governo tentou desvalorizar ou diminuir a gravidade daquilo que aconteceu. Isso é importante. É evidente que nenhum país está livre de poder viver com circunstâncias que são circunstâncias-limite e que põem em causa os alicerces do funcionamento do Estado. O que distingue os momentos é se os Governos estão ou não à altura dessas circunstâncias...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e a primeira coisa que faz com que estejam à altura das circunstâncias é não negarem evidências, assumirem os problemas e resolverem as situações.

O que aconteceu não podia ter acontecido e a culpa não pode morrer solteira, para que o que aconteceu não volte a acontecer.

Obviamente que termos presos que levam 6 minutos a fugir de uma prisão e serviços que demoram 80 minutos a comunicar às forças de segurança aquilo que aconteceu é uma desproporção que não pode, em circunstância alguma, permitir que o Estado funcione como deve funcionar.

Uma fuga em pleno dia, uma fuga por uma escada por cima de um muro e uma fuga de vários presos perigosos é algo que não pode mesmo voltar a acontecer.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Perante a gravidade destes factos, temos de nos questionar: temos de nos questionar sobre o estado das prisões em Portugal, temos de nos questionar também sobre algumas decisões judiciais e temos de nos questionar sobre opções de políticas públicas.

Sobre o estado das prisões, já foi muito aqui referido o relatório de 2017, do tempo da Sr.<sup>a</sup> Ministra Van Dunem no Ministério da Justiça. Esse relatório e as suas conclusões e propostas iam a um nível de detalhe de

dizer quantas prisões iam fechar, quantas prisões iam ser construídas e quantas prisões, e quais, iam ser reabilitadas. O problema é que, das cinco prisões que iam ser construídas, não foi construída nenhuma.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Das oito prisões que iam ser encerradas, encerrou uma. Das várias prisões que iam ser requalificadas, as intervenções são diminutas. E eu cito uma conclusão deste relatório para vermos a importância de não ter sido feito aquilo que foi previsto. Dizia-se na página 120 do relatório: «O Sistema Prisional ressentia-se de um continuado desinvestimento na área dos equipamentos de segurança (viaturas, CCTV, pórticos, raio-x, outros equipamentos de segurança), bem como de uma depauperização dos seus recursos humanos e materiais adequados para fazer face às necessidades atuais». As necessidades atuais e todas estas carências eram as de 2017. Não tendo sido feito nada, obviamente que em 2024 são não só as carências de 2017, mas também aquelas que surgem do agravamento de todas estas circunstâncias.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É por isso que é inacreditável que, em 2024, no também Governo do Partido Socialista, dizia o Ministério da Justiça sobre a situação das prisões, e volto a citar, neste caso, uma notícia da RTP: «O Ministério garante que está preocupado com as condições das cadeias.» Não haveria de estar? Se em 2017 tinha feito todo este relatório, tinha planeado toda esta intervenção e se, entretanto, não tinha feito nada, só podia estar preocupado. O problema é quando o Ministério, a seguir, e volto a citar a mesma notícia da RTP, diz o seguinte: «Uma das maiores preocupações são as casas de banho dos reclusos.»

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, durante sete anos, o Partido Socialista, que tinha em suas mãos um relatório que o próprio tinha pedido, não fez nada e dizia que uma das principais preocupações eram as casas de banho dos reclusos, em véspera de termos uma das maiores fugas de uma prisão portuguesa. Isto quando o relatório, como disse, na sua página 120, já alertava para as condições de segurança. E essa, sim, devia ter sido a prioridade do Partido Socialista e a sua principal preocupação.

Mas também nos devemos questionar sobre decisões judiciais, coisa que se faz pouco em Portugal. Porque é que presos com um elevado nível de perigosidade são transferidos de uma prisão para outra por uma decisão de um juiz que contraria todos os pareceres que esse juiz dispunha e que recomendavam que ele se mantivesse com medidas mais severas de segurança do que aquelas que veio a ter? É o País e o Estado que têm de se questionar, porque foi o País e o Estado que não funcionaram.

Para terminar, Sr. Presidente, temos de dizer o seguinte: um Governo que reconhece tudo isto, que assume, que diz que a culpa não vai morrer solteira, que diz, claramente, que vai haver consequências e que pede as auditorias que lhe permitirão decidir, está no caminho certo.

Agora, a avaliação tem de ser feita. Que não passem para este Governo sete anos e que a realidade esteja na mesma como aconteceu com o Governo anterior.

*Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não regista nenhum pedido de esclarecimento, por isso, para uma intervenção, vou dar a palavra ao Sr. Deputado António Filipe, do Partido Comunista Português, que dispõe de 4 minutos e 16 segundos.

O Sr. **António Filipe** (PCP): — Sr. Presidente: Costuma dizer-se que o estado de um país se reflete nas suas prisões, mas a imagem do nosso País que se reflete nas nossas prisões não é boa, a vários níveis.

Compete a quem governa o País garantir um sistema prisional capaz de cumprir com dignidade aquelas que são as suas funções sociais. Ou seja, um sistema prisional que garanta condições mínimas de dignidade para quem lá trabalha e para quem cumpre pena ou se encontra a cumprir uma medida de prisão preventiva.

Nós não entendemos as prisões como um depósito de presos, entendemos as prisões como estabelecimentos públicos que devem tudo fazer para permitir a ressocialização das pessoas que, por qualquer vicissitude da sua vida, sejam condenadas a cumprir uma pena de prisão.

Ora, o sistema prisional que temos está muito longe de cumprir eficazmente com essas funções e reflete falhas muito graves. Sublinho que elas estão detetadas em múltiplos relatórios e desde há muitos anos a esta parte. O diagnóstico, no essencial, está feito. A questão é que cada Governo que toma posse se lamenta da inércia do Governo anterior, da incapacidade do Governo anterior para resolver os problemas.

E esses problemas são graves, designadamente ao nível do pessoal. Os 49 estacionamentos prisionais têm hoje um défice enorme de pessoal: faltam qualquer coisa como 336 guardas, 351 guardas principais, 171 chefes, 67 chefes principais e 9 comissários. Ou seja, faltam largas centenas de guardas prisionais para que os quadros estejam minimamente preenchidos.

Após a fuga de Vale de Judeus, o então Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais afirmou, na conferência de imprensa, que estavam naquele momento, na prisão, 33 guardas prisionais, e ele achou que era um número normal. Nós não achamos que seja um número normal. Parece manifestamente insuficiente para um estabelecimento prisional com aquela dimensão e com o nível de segurança que era suposto que garantisse. E a população dos guardas prisionais tem, como já aqui foi dito hoje, uma média de idade muito elevada e muitos se reformarão a breve prazo. Portanto, se não for feito um esforço muito grande na atratividade da carreira de guarda prisional, o nosso sistema estará confrontado com uma situação muito grave num futuro próximo.

Mas o problema não é só de guardas prisionais: faltam psicólogos nos sistemas prisionais, faltam enfermeiros e muitas vezes são os próprios guardas prisionais a ter de fazer de enfermeiros, designadamente a dar medicação aos reclusos, o que nunca, em caso algum, deveria ser feito.

Os técnicos de reinserção social estão há mais de 20 anos a marcar passo relativamente às respetivas carreiras e esse problema tem de ser efetivamente resolvido. Eles não limitam a sua atuação aos estabelecimentos prisionais, mas são responsáveis por algo muito importante que tem que ver, designadamente, com a vigilância sobre quem está com as chamadas «pulseiras eletrónicas», sob vigilância eletrónica. Portanto, estes profissionais, para além do seu escasso número, têm uma carreira que não é revista há mais de 20 anos e isto é inaceitável, Sr.<sup>a</sup> Ministra, e tem de ser alterado.

Quanto a instalações, há vários anos foi anunciada a necessidade de fechar o EPL, substituindo-o por obras em estabelecimentos, designadamente no Linhó e em Sintra. Ora bem, ele continua lá, com condições indignas. Bom, e temos a trapalhada do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, que é o mais infame em matéria de instalações. Criou-se uma trapalhada com os terrenos em que a construção, como se costuma dizer, não atam nem desata e o velho estabelecimento de Ponta Delgada, com condições indignas, lá continua a funcionar como pode.

Vou concluir, Sr.<sup>a</sup> Ministra: tem um ónus à sua governação, que é não ser mais do mesmo. É não fazer com que, após a sua governação, não se venha a dizer, com o Governo que há de vir a seguir, que o Governo anterior...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Não tem pedidos de esclarecimento, Sr. Deputado, pelo que vou dar a palavra, para uma intervenção, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia Santos, do Partido Socialista, que dispõe de 10 minutos e 26 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia Santos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Os nossos pensamentos hoje estão com as vítimas destes terríveis incêndios e com todas as pessoas que os combatem.

Mas é nosso dever contribuir para que se debata o estado dos estabelecimentos prisionais. E achamos o assunto tão importante que foi por sugestão nossa, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que voltámos a ter, desde 2019, uma Subcomissão de Assuntos Prisionais nesta Assembleia.

Lamentamos, porém, o agendamento deste debate a reboque da evasão de Vale de Judeus por duas razões.

O primeiro problema deste agendamento é que ele quer fazer-nos crer que a única causa da fuga está em falhas estruturais da cadeia imputáveis aos Governos anteriores, apesar de não ter havido nenhuma fuga como esta nos oito anos anteriores, apesar da existência de outras explicações para a fuga que parecem cada vez mais prováveis.

A própria Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça apontou para aí, na conferência de imprensa que deu três dias depois da evasão de Vale de Judeus, e vou citar as suas palavras. Referiu-se a «desleixo», «irresponsabilidade», «falhas grosseiras» — estas não são palavras que se costumem aplicar a insuficiências estruturais. A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça também afirmou, nessa conferência de imprensa, que não hesitará em desencadear os processos disciplinares e criminais que se revelem necessários, não se referindo aí, decerto, a insuficiências estruturais das cadeias.

Daqui resulta, porém, um problema, e este já corre por conta do atual Governo. Se três dias depois da fuga já havia indícios de desleixo e irresponsabilidades individuais — estou a citar o que disse a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça —, porque é que a Sr.<sup>a</sup> Ministra anunciou que não hesitaria em desencadear os processos criminais e disciplinares que se mostrassem necessários, mas não os tinha ainda desencadeado? Perguntamos se, mais de uma semana e meia depois da evasão, esses processos já foram desencadeados.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça também referiu a falta de comando em toda a cadeia hierárquica depois de uma evasão que aconteceu num estabelecimento prisional cujo diretor se tinha aposentado e não fora substituído. Perguntamos onde é que está a responsabilização de toda a cadeia hierárquica. Quem está no topo da cadeia hierárquica é a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça e quem estava na base da hierarquia eram as pessoas que naquele dia exerciam funções no estabelecimento prisional. Para já, só houve consequências ao nível da direção-geral, só num elo da hierarquia, e o Governo haverá de explicar porquê.

Passada uma semana e meia, aquilo que é certo é que os reclusos evadidos não foram capturados. E a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, que tinha sido rigorosa ao minuto na apresentação da linha do tempo da fuga, hesitou muito, titubeou bastante, quando foi questionada sobre o momento em que teve conhecimento. Acabou por dizer que soube por volta do meio-dia e meia. Perguntamos: tomou conhecimento tão tarde porquê? Quando é que o Gabinete da Sr.<sup>a</sup> Ministra teve conhecimento desta fuga? E a Polícia Judiciária, porque é que demorou tanto a ser informada quando todos os minutos teriam sido essenciais para a captura? E o processo relativo aos mandados de captura internacional, foi ou não diligente?

Os cinco reclusos continuam evadidos e mais tarde ou mais cedo o Governo haverá de dar explicações sobre aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito.

O segundo problema deste agendamento do Chega é bastante mais profundo, porque faz supor que a única dimensão das cadeias que interessa é a segurança. É evidente que em qualquer cadeia a segurança é fundamental, mas ela é apenas um dos dois pilares do sistema prisional. O outro é a ressocialização que implica a humanidade do sistema.

Mas desse investimento não quer a direita saber e foi isso que tornou o debate sobre as prisões sempre tão difícil. Para a direita, as cadeias são depósitos de pessoas que não interessam, que devem ser mantidas o mais longe possível do olhar dos cidadãos de bem.

Vamos dar exemplos recentes. Em 2020, no período covid, quando já tinham começado a morrer reclusos em vários lugares e quando países como a Alemanha, a França ou a Itália já estavam a adotar medidas de flexibilização das penas, o Governo anterior apresentou uma proposta de lei para a libertação antecipada de alguns reclusos sem prognose de perigosidade. A medida teve os votos contra do PSD, do CDS, do Chega e da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia Santos** (PS): — Foi aprovada apenas pela esquerda parlamentar, e assim se protegeram reclusos, guardas, técnicos, funcionários e outros.

Mais recentemente, foi alterada a Lei de Saúde Mental por proposta do Governo anterior e acabaram os internamentos perpétuos de inimputáveis que eram o maior resquício do Estado Novo e um embaraço para o nosso Estado de direito democrático. O PSD e o Chega votaram contra; a IL absteve-se. Mas o PSD e o Chega votaram contra com declarações catastrofistas. A ideia era esta: o Governo vai libertar centenas de inimputáveis perigosos e podemos ser todos as suas vítimas.

Mas ao longo do último ano foram libertadas 151 pessoas de quem o País se tinha esquecido, algumas pessoas presas há mais de 40 anos,...

O Sr. **João Paulo Rebelo** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia Santos** (PS): — ... pessoas que a direita queria que continuassem esquecidas. Não há registo de retorno ao sistema de justiça de nenhuma destas 151 pessoas.

É a política da direita do «fechem a porta e atirem fora a chave». A diminuição ponderada da sobrelotação prisional contribuiu para o respeito pelos direitos humanos, mas também foi útil na perspetiva da segurança, porque, com menos reclusos, guardas prisionais podem ser mais eficazes no desempenho das suas funções de vigilância.

Para alguns, o debate sobre prisões é sobre fechar bem a porta e deitar fora a chave. Mas nós achamos que esse debate tem de ser também sobre direitos humanos e ressocialização.

Nos últimos quatro anos, investiu-se mais de 1 milhão e meio de euros em segurança, sistemas de videovigilância, detetores de metais, pórticos, etc.; mais de 270 000 € em melhorias de instalações sanitárias em 28 prisões. Foram aprovados dois planos de investimento em infraestruturas a executar até 2027. Em 2022, foi aprovado o encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa e foram iniciadas obras em cadeias da região, algumas cuja inauguração deve estar próxima. O novo pavilhão de Tires, supomos, deve estar para ser inaugurado, num investimento que ascenderá a 24 milhões de euros.

Nós achamos que os estabelecimentos prisionais não podem continuar a ser um mundo à parte, com frequência cruel e ineficiente. Enfrentar os problemas que existem com serenidade e determinação é importante para reclusos e guardas, mas também para todos nós.

*Aplausos do PS.*

*Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia Santos tem um pedido de esclarecimento por parte do Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia Santos, a sua intervenção é *sui generis*, mas já nada nos surpreende vindo do Partido Socialista. Só faltou foi dizer assim: «O que é que o Partido Socialista fez sobre os estabelecimentos prisionais? Fez uma subcomissão sobre os estabelecimentos prisionais. Esses cinco reclusos que fugiram da prisão, se soubessem que tinha havido esta subcomissão, certamente que não tinham fugido da prisão de Vale de Judeus.»

Ó Sr.<sup>a</sup> Deputada, é isto que o Partido Socialista tem para apresentar em relação aos estabelecimentos prisionais durante oito anos?

Mas também já sei que a sua opinião, Sr.<sup>a</sup> Deputada — e tivemos essa discussão várias vezes na 1.<sup>a</sup> Comissão —, é «coitadinhos dos presos, os direitos dos presos». Sr.<sup>a</sup> Deputada, então e os direitos dos guardas prisionais?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então e os guardas prisionais que são agredidos diariamente nas prisões portuguesas? Esses não têm direitos? Quem está na prisão é porque cometeu crimes. São os criminosos que estão nas prisões. Não são os guardas prisionais, são os criminosos.

*Aplausos do CH.*

Os guardas prisionais estão lá para defender a nossa segurança. É isso que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não percebe.

Eu ouço com cada coisa! A Sr.<sup>a</sup> Deputada disse: «Ai, a direita juntou-se toda quando foi a covid-19 e nós, socialistas, humanistas, quisemos libertar os coitadinhos dos presos.» Sr.<sup>a</sup> Deputada, vou só ler uma notícia.

Podia dar-lhe 10, 20, 30, 50, mas só vou ler uma: «Recluso libertado devido à covid-19 usa moto para 13 assaltos em Lisboa.» Sr.<sup>a</sup> Deputada, foi isto que os senhores quiseram fazer. Foi libertar os criminosos para que eles depois voltassem às prisões. Foi isso que fizeram, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

*Aplausos do CH.*

Portanto, lições do Partido Socialista sobre as prisões nós nunca levaremos.

Há uma coisa que nós dizemos sempre: em primeiro lugar não está a reinserção social, está a segurança. Primeiro a segurança, depois a reinserção.

*Aplausos do CH.*

Primeiro os guardas prisionais, depois a reinserção. É aos guardas prisionais que temos de dar dignidade, e é para isso que fizemos este debate, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, caso queira, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia Santos.

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia Santos** (PS): — Agradeço tanto a pergunta do Sr. Deputado Pedro Pinto, até porque não podia ser mais esclarecedora e agora dá-me a oportunidade de responder.

O Sr. Deputado Pedro Pinto deixou claríssima a posição do Chega: não querem saber para nada de direitos humanos.

*Aplausos do PS.*

**Vozes do CH:** — Oh!

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia Santos** (PS): — Deixou muito claro.

E o problema, Sr. Deputado, é que mesmo aquilo que diz sobre defesa dos interesses...

*Protestos do CH e contraprotestos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia Santos** (PS): — Aquilo que o Sr. Deputado diz sobre a sua intenção e a intenção do Chega de proteger os guardas prisionais é absolutamente inverídico, porque uma cultura de humanidade nas prisões interessa aos reclusos e interessa aos guardas prisionais, que têm vidas incomparavelmente mais seguras nos países onde o sistema prisional respeita os direitos humanos.

Agora, há uma questão que me suscita dúvidas desde a evasão de reclusos de Vale de Judeus e que tem a ver com o seguinte: o Chega está desde o princípio a contribuir para a ideia — que é muito útil a este Governo, aliás — de que a evasão se deve exclusivamente a problemas estruturais, que não há qualquer responsabilidade individual. Com isso, pondo-se em causa os processos que devem existir de investigação, também de responsabilidades individuais, não só de falhas estruturais, estão a inverter aquilo que sempre dizem sobre apurarem-se as responsabilidades.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Querem é lavar as mãos!

A Sr.<sup>a</sup> **Cláudia Santos** (PS): — Pior: se calhar, Sr. Deputado, defendendo tanta autoridade do Estado, são os Srs. Deputados que estão a pôr em causa a autoridade do Estado, tornando-o refém de interesses das corporações.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gabriel, do Chega.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, antes de mais, um aparte: Sr.<sup>a</sup> Deputada Cláudia Santos, lições de direitos humanos do PS para o Chega, nunca,...

*Aplausos do CH.*

... porque são os senhores que deixam entrar imigrantes para depois estarem a dormir nas ruas, para estarem a dormir na Gare do Oriente, para estarem a dormir nas tendas.

*Aplausos do CH.*

Não recebemos lições de moral. Da vossa parte, zero!

Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, o sistema de reinserção social está falido e não funciona. Vai este Governo alterar este paradigma ou vai continuar a mostrar que, na verdade, não há grande diferença entre este Governo e o Partido Socialista e que, na verdade, são «farinha do mesmo saco»? São «farinha do mesmo saco»!

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

E o PS, que é o grande responsável pelo que está a acontecer a nível dos serviços prisionais, parece que parou a nave lá fora, que vem de qualquer outro planeta e que a responsabilidade não é dele, mas nossa, que estamos aqui há poucos meses.

E o Bloco de Esquerda, que tanto fala de reinserção e que acompanhou o PS na geringonça e na aprovação do Orçamento do Estado, ano após ano, Orçamento do Estado após Orçamento do Estado, o que é que tem a dizer?

E o PCP, que também esteve na geringonça a aprovar esses Orçamentos, o que é que tem a dizer, além da habitual cassete?

*Protestos do Deputado do PCP António Filipe.*

Sr.<sup>a</sup> Ministra, Srs. Deputados, o Estado português foi multado mais do que uma vez pelo tribunal europeu por violação dos direitos humanos nas nossas cadeias. Quer dizer, há dinheiro para as multas, há dinheiro para tudo e mais alguma coisa,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — ... só não há dinheiro para dar um subsídio de risco digno às nossas polícias e aos nossos guardas prisionais.

*Aplausos do CH.*

E isso devia envergonhar-nos a todos.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, as prisões estão sobrelotadas. E o que dizer do edificado, nomeadamente nas prisões de alta segurança? A eletrificação não está operacional, os sensores de movimento não funcionam, as torres de vigia não existem, e se existem não há efetivos para as vigiar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Ministra e Srs. Deputados, a irresponsabilidade dos sucessivos Governos deixa os portugueses à mercê destes criminosos fuga após fuga, e a única segurança nestas cadeias é a de que os reclusos podem fugir quando quiserem e em segurança. Isso devia envergonhar-nos a todos.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, vai ou não ter a coragem de tomar medidas verdadeiramente de direita?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Antunes dos Santos, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Chega agendou este debate subordinado ao tema do estado dos estabelecimentos prisionais, mas a verdade é que, certamente, terá sido um lapso, porque o Chega só fala aqui, eventualmente, do estado de segurança dos estabelecimentos prisionais e, eventualmente, também, da fuga que aconteceu há umas semanas no nosso País. Isso é importante, sem dúvida que é importante, mas, ironia das ironias, não chega, não chega, Srs. Deputados.

Mas, para o Chega, isso, obviamente, é o bastante, é o suficiente, porque para o Chega a prioridade não é resolver os problemas, não é apresentar soluções, não é resolver os problemas das más condições das prisões, nem tampouco da segurança ou falta de segurança das prisões. A prioridade do Chega é unicamente obter dividendos políticos e eleitorais. É a única prioridade do Chega.

*Aplausos do PSD.*

O Chega nunca está do lado da solução; o Chega está sempre do lado da confusão, porque é disso que se alimenta.

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

Neste e noutros temas, a preparação do Chega para os debates é esta: «não importa o que vamos dizer, não importa o que dissermos, não importa o que pensamos; o que importa é procurar dizer aquilo que eventualmente nos pode trazer mais ganhos eleitorais e uma subida nas sondagens». É isso que interessa ao Chega.

*Protestos do CH.*

O Chega não está empenhado em resolver os problemas do País; o Chega está empenhado em subir nas sondagens, e o debate de hoje é mais um desses exemplos.

Para discutirmos de forma séria este tema, temos de falar da sobrelotação das prisões, temos de falar da degradação das prisões, temos de falar das medidas efetivas e eficazes de reinserção social que faltam nas prisões.

E a verdade, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é que este Governo herdou guardas prisionais descontentes — já resolvemos; herdou falta de guardas nas prisões, mais de 1000, que o Partido Socialista não foi capaz de contratar — já abrimos concurso; herdou cadeias em más condições — vamos resolver,...

*Risos do CH.*

... porque em cinco meses este Governo fez o que lhe foi humanamente possível fazer.

*Aplausos do PSD.*

Deem-nos tempo, deem-nos a oportunidade de governar, de fazer, de mudar, de reformar. Nós, ao contrário do Chega, mais do que falar, gritar e criticar, queremos fazer,...



O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás aos gritos!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — ... e, ao contrário do Partido Socialista e dos Governos socialistas, queremos deixar o País muito melhor do que o encontrámos, a bem de Portugal e a bem dos portugueses.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, caso queira, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gabriel. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João dos Santos, a nave do PS também se aplica a vocês, porque nada têm feito, verdade seja dita. Até podem vir na mesma nave, nada têm feito.

O Chega defende, e tem falado disso desde sempre, os guardas prisionais, as condições dos guardas prisionais, a segurança das pessoas por causa das fugas,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Desde sempre, não é de agora!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): — ... e não é por agora estarem a dizer o contrário que alteram a realidade. Os senhores estão aqui há décadas...

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Há 5 meses!

O Sr. **Nuno Gabriel** (CH): —... e o que têm a apresentar é zero, zero!

*Aplausos do CH.*

O que os senhores, todos vocês, têm a apresentar é zero, zerinho!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PSD Carlos Reis e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, permitam que continue o debate. Queria anunciar que a IL cede 1 minuto e meio do seu tempo ao Partido Social Democrata.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, dentro deste tempo concedido, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves de Sousa. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, Sr.<sup>as</sup> Secretárias de Estado, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Foi vontade do Chega trazer para o debate esta interpelação ao Governo acerca do estado dos estabelecimentos prisionais, motivada pela fuga de cinco reclusos em Vale de Judeus, no passado dia 7 de setembro, tentando, como é seu apanágio, criar ruído acerca deste tema, o que infelizmente não surpreende.

A este propósito, importa sublinhar a conduta política da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, que, não sucumbindo à pressão mediática, prestou declarações quando estava na posse de todos os elementos, nomeadamente do relatório preliminar da auditoria à atuação dos serviços de vigilância e segurança.

E, Sr.<sup>a</sup> Ministra, falou com toda a propriedade quanto aos dados e informações que pôde divulgar, falou com coragem nas medidas que anunciou e, muito importante, dizendo a verdade aos portugueses e reclamando uma cultura de rigor e de exigência.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, quando se diz a verdade ao povo português, mostra-se sentido de Estado e presta-se sempre um bom serviço ao nosso País.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Mas vamos ao debate.

Segundo informação disponibilizada pela Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, em 15 de agosto de 2024 havia 12 281 reclusos em Portugal. E as notícias que nos traz o relatório relativo ao Mecanismo Nacional de Prevenção, de 2023, da Provedora da Justiça, não são animadoras, tendo sido sinalizados, entre outros, a sobrelotação dos estabelecimentos prisionais, o estado de degradação de alojamentos dos reclusos, a escassez de elementos de vigilância e a falta ou avaria do sistema de alarme e comunicação nas celas.

A todo este cenário, acresce ainda que, desde 2020, o Estado português foi alvo de oito condenações pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, por sujeição de reclusos a tratamentos desumanos e degradantes, em violação do artigo 3.º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

A situação do sistema prisional português era grave e continua a ser grave, e nada foi feito de substancial para melhorar ou, pelo menos, atenuar os problemas que estão à vista de todos.

Sublinhe-se que as metas traçadas pelos anteriores Governos socialistas para 10 anos, consubstanciadas no relatório *Olhar para o futuro para guiar a ação presente 2017-2027*, falharam redondamente. E o exemplo máximo desse falhanço é não terem conseguido sequer o encerramento do Estabelecimento Prisional de Lisboa, como foi anunciado em 2017 e reiterado em 2022, ou dar uma solução digna ao indescritível estado de degradação e profunda decadência do Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada.

Não basta anunciar, é preciso fazer.

Mas quanto à segurança nos estabelecimentos prisionais, no que às fugas de reclusos respeita, o histórico também é francamente negativo. Só no ano de 2023 evadiram-se nove reclusos, sete dos quais intramuros.

Note-se que nos últimos 15 anos, como aqui já foi dito, desde que esta estatística começou a ser feita, em 2009, já se evadiram dos estabelecimentos prisionais 157 reclusos e, note-se, 98 intramuros, o que demonstra também que, infelizmente, por mais caricaturas que se pretendam fazer, as fugas através dos muros dos estabelecimentos prisionais são mais comuns do que se possa pensar.

Mais ainda: todos os dados disponíveis conduzem à conclusão do inegável estado calamitoso em que se encontram os estabelecimentos prisionais em Portugal.

É por isso de estranhar que não exista no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) um único cêntimo destinado ao edificado do Ministério da Justiça, nomeadamente dedicado a estabelecimentos prisionais ou a centros educativos. Foi uma opção do anterior Governo do Partido Socialista, profundamente errada e politicamente incompreensível, que deixou escapar uma excelente oportunidade para melhorar o parque prisional.

Não basta anunciar, é preciso fazer. E este Governo faz primeiro e fala depois.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Neves de Sousa** (PSD): — Mas o que fez, até ao momento, este Governo? A par de outras áreas de governação, este Governo estabeleceu bases sólidas para encontrar paz social no setor, dialogando com os sindicatos, com vista a dignificar as carreiras da função pública e, neste caso em particular, dos guardas prisionais.

Colocar as pessoas no centro da ação política não faz apenas parte da retórica política, tendo passado a integrar a prioridade deste Governo. Primeiro, as pessoas. E os trabalhadores portugueses já o perceberam. Foi assim que, em 10 de julho de 2024, o Ministério da Justiça assinou um acordo com os três sindicatos dos guardas prisionais sobre o aumento do suplemento por serviço em 300 €. Foi assim que, em 11 de setembro de 2024, o Ministério da Justiça anunciou que aceitou a proposta de equiparação, para os guardas prisionais, do modelo de avaliação de desempenho da PSP. E foi nesse mesmo dia 11 de setembro que o Ministério das Finanças autorizou a abertura de um procedimento para a contratação de 225 novos guardas prisionais.

E nunca é demais recordar que o Partido Socialista reprovou as propostas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD nos Orçamentos do Estado de 2023 e 2024 para a admissão de novos guardas prisionais.

Mas olhemos para o futuro. O sistema prisional só vai melhorar com mais meios humanos, com melhores infraestruturas e com uma política de exigência e de rigor que defenda o Estado de direito, a segurança dos estabelecimentos prisionais e os direitos fundamentais dos reclusos. É este o desafio deste Governo e é este o caminho que está a ser trilhado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Srs. Deputados, o Partido Socialista cede 52 segundos ao Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tão bom!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Dou a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para uma intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O que se passou em Vale de Judeus é grave e não deve ser desvalorizado.

Não é suposto um grupo de reclusos conseguir fugir de uma prisão de alta segurança, não é suposto o sistema de segurança interna ter um modo de funcionamento tão moroso. Exige-se operacionalidade, capacidade de ação, integração, sem burocracia, descansar a população, garantir que podem confiar nas suas instituições.

Mas estaríamos mal no Governo, na Assembleia da República, se não discutíssemos o que é central, que é o investimento necessário que é preciso fazer no sistema de segurança interna, na rede prisional. Falamos de segurança interna quando garantimos que os estabelecimentos prisionais têm as condições que devem ter, os guardas prisionais que devem ter, os técnicos dos serviços prisionais, de reinserção social e a população prisional.

É de insegurança que falamos em relação à reputação que o Estado português tem, quando, repetidas vezes, é citado por organismos internacionais, por tribunais internacionais, pelo facto de violar os mais elementares direitos humanos. É sabido por todos os Deputados, por todas as Deputadas, que Portugal viola disposições elementares dos direitos humanos, e isso envergonha a República e não nos dá segurança, porque abala a segurança das bases do Estado de direito democrático.

Portugal tem uma rede prisional de 49 estabelecimentos prisionais, dos quais 7 já deviam estar fechados, e que é herdeira de uma rede projetada no início do século XX, com edificado central que remonta ao século XIX.

Como aqui já foi dito, o estado do Estado espelha-se no estado das suas prisões, e o espelho mostra uma fotografia na qual nos queremos deixar de rever.

Os países mais seguros do mundo, como é o caso de Portugal, têm uma circunstância diferente da nossa: muitos dos países mais seguros do mundo têm modelos diferentes do nosso no que toca ao sistema prisional ou ao sistema de reinserção social. E a pergunta que nós devemos fazer é a seguinte: porque é que Portugal, que é um dos países mais seguros do mundo, tem cronicamente sobrepopulação prisional? Como é possível que um dos países mais seguros do mundo tenha mais reclusos do que aqueles que a média europeia aconselhava?

Em Portugal, as penas cumpridas são mais longas do que a média europeia. Em 2022, segundo dados que são públicos, 900 reclusos estavam detidos em estabelecimentos prisionais por terem violado o Código da Estrada. É isto aceitável, ou não é isto o alerta para a reflexão que temos de fazer? Se somarmos a estes os casos de cumprimento de pena por não conseguir pagar a multa, chegamos a 20 % da população prisional.

A pergunta séria que devemos fazer, que pode não granjear votos ou notícias simpáticas, é a seguinte: é eficaz ter estas pessoas no estabelecimento prisional? Ou seria eficaz e partidário de mais segurança interna e de promoção de uma melhor agenda para a segurança interna, se essas pessoas estivessem a cumprir outras penas que não fossem penas privativas da liberdade?

Sim, é preciso dizê-lo: a reinserção social eficaz é segurança, porque significa ressocialização, significa reintegração no tecido social e económico e significa que tratamos dos problemas em vez de deixar as pessoas presas em ciclos de reincidência criminal.

Sim, o País precisa de investir em sistemas eficazes de reinserção social, precisa de investir em medidas eficazes e alternativas às penas privativas de liberdade, como se sabe, pouco eficazes, *grosso modo*, da pequena e média criminalidade.

Estaremos mal na Assembleia da República e no Governo, se não aproveitarmos este lamentável caso, a lamentável fuga de Vale de Judeus, para vermos para lá da escada, para olharmos mesmo para dentro das prisões e fazermos as reformas há tanto tempo adiadas.

*Aplausos do BE.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, que dispõe de 4 minutos e 15 segundos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr.<sup>as</sup> Secretárias de Estado, Caros Concidadãos: Queria também começar por exprimir a preocupação e a solidariedade que sentimos para com os nossos concidadãos que foram vítimas dos fogos que ainda estão a lavrar no nosso País. Queria lamentar a morte das Sr.<sup>as</sup> e do Sr. Bombeiros Susana Carvalho, Sónia Melo e Paulo Santos, rodeados pelas chamas, e do Sr. Bombeiro João Silva, vítima de morte súbita no teatro de operações aos 60 anos, uma idade em que — creio que todos concordaremos — um bombeiro já poderia estar aposentado e não precisaria de estar no teatro de operações, o que é também uma tarefa que nos incumbe resolver. E queria também exprimir as nossas condolências às famílias e aos amigos dos cidadãos portugueses e do cidadão brasileiro vitimados pelos incêndios.

Unem-nos a este País, às suas pessoas, ao seu território, laços que são de circunstância, que são de afeto, que são de amor, mesmo, e de solidariedade. Cada uma e cada um de nós tem as suas circunstâncias e as minhas circunstâncias pessoais unem-me ao concelho da Azambuja, que esteve nas notícias: o sul do concelho pelo ataque na escola básica há poucos dias e o alto do concelho, de onde sou oriundo, por esta fuga de Vale de Judeus, que discutimos hoje.

Portanto, para quem é dali, os Estabelecimentos Prisionais de Alcoentre e de Vale de Judeus são uma realidade presente no quotidiano. Há primos, há vizinhos, há amigos que são guardas prisionais; não são apenas figuras abstratas de que se fala no meio de um debate parlamentar, às vezes, como instrumento de arremesso.

São pessoas que nos contam a dificuldade ou a impossibilidade de progredir nas carreiras, sendo que são precisos 20 anos ou mais de carreira para poderem chegar a um estágio de chefe; são pessoas que nos contam que os concursos de que aqui se falou estão cada vez mais vazios, porque não há quem queira ir para guarda prisional, e percebe-se porquê: é porque as circunstâncias são cada vez piores; são pessoas que encontramos, às vezes — sim, Deputada Joana Mortágua —, no fim de semana, porque estão no seu segundo emprego, porque o dinheiro do primeiro emprego, como guarda prisional, não chega, e isso significa que não descansam o que precisariam de descansar para voltar ao seu local de trabalho.

Para conseguir mudar a situação real no território, então, é necessário fazer duas coisas: uma, é ter mais investimento, que é aquilo que tem faltado neste País. Mas não nos iludamos: não tem faltado só nas questões prisionais; tem faltado em muitas áreas e, neste momento, o investimento não irá todo ser canalizado só para uma área.

Ou seja, ou continuamos com uma cultura carcerária, uma cultura punitivista de termos cada vez mais presos que precisarão de mais guardas, e isso significa não aumentar tanto os guardas que temos; ou, então, temos de perceber que a cultura também deve mudar e — esta é a segunda coisa — temos de recusar o discurso que põe guardas prisionais contra reclusos.

*Protestos de Deputados do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Deviam ser amigos?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Os guardas prisionais conscienciosos são os primeiros a dizer-nos que é preciso a reinserção, que é preciso, sim, fazer obras nos estabelecimentos prisionais, que é preciso que os estabelecimentos prisionais estejam perto das famílias, e que não se diga, como se disse aqui — e eu já vi uma ministra da Justiça, sua antecessora, dizê-lo —, que o Estabelecimento Prisional de Lisboa ia fechar e que os presos iriam para o Linhó ou para Alcoentre, ou seja, para longe das suas famílias.

Portanto, a questão é essa, Sr.<sup>a</sup> Ministra. A Sr.<sup>a</sup> Ministra nunca conseguirá todo o investimento de que precisa, a não ser que tenha também a coragem de ir contra a visão que quer meter cada vez mais gente nas prisões, que será certamente vigiada, cuidada, enquadrada por mais guardas a receber menos, havendo menos gente a querer ser guarda prisional.

Terá a Sr.<sup>a</sup> Ministra capacidade e coragem para enfrentar esse discurso populista que hoje em dia é o principal inimigo da melhoria das condições nas prisões?

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra, para uma intervenção, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, do Chega, que dispõe de 3 minutos e 2 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Venho falar aqui de um problema que foi apelidado «o maior problema do sistema prisional em Portugal», que é a falta de guardas prisionais.

Não há segurança nas prisões portuguesas e vimos isso bem plasmado com a fuga de cinco reclusos da prisão de Vale de Judeus. Sempre que olharmos para as caras daqueles fugitivos, vamos lembrar-nos do rotundo falhanço dos sucessivos Governos do PS e do PSD, que estão mais preocupados com os presos do que com os guardas.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> Ministra dizia há dias que queria perceber se há uma alocação correta dos recursos.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, é preciso dizer e assumir perante os portugueses: o sistema ruiu, colapsou, não há efetivos suficientes, por isso, as prisões não podem estar seguras. Tudo isto é resultado de um desinvestimento e de um desinteresse de quem esteve e de quem está no Governo.

Como diria alguém: mas o que é que não funciona?! Vamos ver, e façam um exercício comigo. Imaginem esta oferta de emprego: «Procuram-se profissionais dedicados para garantir a ordem e a segurança da comunidade prisional. Requisitos: entre 21 e 28 anos; aptidão física e psíquica; capacidade para dirimir conflitos entre criminosos perigosos; trabalhar diariamente num meio violento. Condições: horários imprevisíveis; possibilidade de trabalho suplementar não remunerado e de trabalho em dia de folga; infraestruturas precárias e local de trabalho sobrelotado. Salário-base: 960 €.»

Digam-me, Srs. Deputados: qual dos Srs. Deputados se candidatava e quem é que encorajava o seu filho, o seu sobrinho, a sua irmã a candidatar-se a este emprego?

*Aplausos do CH.*

É com muita tristeza que pergunto: como é que esta carreira pode ser atrativa? Quem, no seu perfeito juízo, quer ser guarda prisional em Portugal?

E, já agora, Sr.<sup>a</sup> Ministra, como disse que está escolhido o novo diretor-geral dos serviços prisionais, pergunto se pode esclarecer hoje os Srs. Deputados e os portugueses sobre quem é que se trata.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, inscreveu-se o Sr. Deputado João Antunes Santos, do PSD, a quem dou a palavra.

O Sr. Deputado dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, sabe que, nos últimos oito anos, quem governou Portugal foi o Partido Socialista, certo?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Incompetência vossa! Nem eleições sabem ganhar!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe que, nos últimos três anos, o Partido Socialista não abriu nenhum concurso para guardas prisionais, não sabe? Certamente saberá.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe que há um défice nas prisões de cerca de 1000 guardas prisionais.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe que, apesar dos nossos cinco meses de Governo, este Governo vai abrir concurso para 225 novos guardas prisionais.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — É verdade!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — E a Sr.<sup>a</sup> Deputada também sabe que já chegámos a acordo com os guardas prisionais para fazer justiça e para resolver aquilo que o Partido Socialista não conseguiu resolver, negociando o suplemento remuneratório.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Propaganda! Propaganda!

O Sr. **João Antunes dos Santos** (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe isto tudo, não sabe?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, que dispõe de 34 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, este problema, como o Sr. Deputado bem sabe, é estrutural, não é de há 8 anos, nem de há 10, nem de há 15, nem de há 20, nem de há 25.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — É a democracia!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Este problema é de há muitos anos e nenhum de vocês aqui se preocupou em resolvê-lo. Agora, «caiu-vos o menino nas mãos» e vocês não sabem o que é que hão de fazer com ele.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — É a democracia! É a democracia!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Deputado, posso continuar?

**Vozes do CH**: — Machista!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Em relação ao concurso de que falou, quantos se vão candidatar? Nós podemos abrir um concurso para 300 pessoas, mas quantos é que se vão candidatar?

Fica a pergunta, Sr. Deputado.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Quero lembrar apenas que o tratamento entre nós deve ser «Sr. Deputado» e «Sr.ª Deputada» — era só esta chamada de atenção para todos.

Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Ministra da Justiça, que dispõe de 11 minutos e 42 segundos.

A Sr.ª **Ministra da Justiça**: — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Gostaria, se calhar, de começar pelo fim, porque me parece um ponto muito importante. Num momento em que estamos a tentar criar as melhores condições para o sistema de recrutamento de guardas prisionais, sendo que um concurso está em vias de ser aberto, é importante que se esclareça que o salário-base é de 1140 €, ao qual acresce um suplemento, que foi aumentado em 300 € por este Governo, e ao qual acrescentam horas extraordinárias.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Rigor! É verdade!

A Sr.ª **Ministra da Justiça**: — Mas queria também aproveitar para esclarecer um ponto que me parece muito importante.

Nem todos somos juristas, nem todos os juristas conhecem o mecanismo de emissão de mandados de detenção, por isso é natural que a opinião pública também não os conheça e possa ficar alarmada quando ouve alguns comentários sobre esta questão.

Por isso, queria deixar claro para todos o seguinte: foram logo lançadas as notícias na Interpol (International Criminal Police Organization) e na Cooperação Policial Internacional, o que é muito mais eficaz do que qualquer encerramento de fronteiras.

Disto mesmo me assegurei no sábado, nas várias conversas que fui tendo com o Diretor Nacional da Polícia Judiciária. Foi um dos temas que fui acompanhando.

As fronteiras não se fecham assim!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Durante a covid foi fácil!

A Sr.ª **Ministra da Justiça**: — E também a detenção de fugitivos nunca esteve comprometida até à emissão dos mandados de deteção europeu e internacional.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Na altura da covid foi muito fácil!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Na altura da covid foi instantâneo!

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Ministra, queira continuar, pois os apartes fazem parte. É uma questão de calo e a Sr.ª Ministra vai ganhar esse calo.

A Sr.ª **Ministra da Justiça**: — Vou ganhar esse calo, exatamente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.ª Ministra.

A Sr.ª **Ministra da Justiça**: — Obrigada, Sr. Presidente.

Foram ativados os investigadores da Polícia Judiciária, foram colocados no PUC-CPI (Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional), tendo o Gabinete Nacional da Interpol emitido, logo no início da tarde do dia 7, as correspondentes notícias, descrevendo a informação sobre a evasão dos condenados, identificando e descrevendo os factos e identificando também os fugitivos.

A emissão destas notícias tem logo o seguinte efeito prático: permite que, através das informações que nelas estão contidas, a localização dos evadidos possa ocorrer. As autoridades, se algum dos 196 países que são membros da Interpol identificasse algum destes cinco arguidos, teriam toda a possibilidade de o reter de imediato.

Também, se isso acontecesse, o Gabinete Nacional da Interpol comunicaria de imediato ao Ministério Público para que providenciasse a competente emissão do mandado de detenção internacional.

Não tenho nenhuma dúvida em afirmar — posso dizer isto sem nenhuma dúvida e peço também que esta segurança possa ser transmitida a todos — que os fugitivos estão a ser procurados desde o primeiro momento e que se fossem localizados estariam assegurados todos os procedimentos necessários à respetiva detenção.

Se é possível encontrá-los? Já foram detidos uma vez, aqui em Portugal. É difícil, e o Sr. Diretor Nacional da Polícia Judiciária disso deu nota. É difícil, mas vamos continuar a trabalhar e todas as forças de segurança estão a trabalhar nesse sentido.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Já cá não devem estar!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Queria ainda deixar duas notas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, «o sistema ruiu», «as prisões não são seguras»... Discordo, discordo!

*Protestos de Deputados do CH.*

Eu acredito nos guardas prisionais.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Acredito na capacidade que os guardas prisionais têm tido para manter o sistema sempre a funcionar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Antes de terminar, gostaria também de deixar uma nota ao Sr. Deputado Luís Filipe...

O Sr. **António Filipe** (PCP): — António!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É António!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — ... — desculpe, António Filipe — sobre a questão dos técnicos de reinserção social, para que fique claro que é uma prioridade deste Governo: está no topo das nossas prioridades.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Vamos ver, vamos ver!

A Sr.<sup>a</sup> **Ministra da Justiça**: — Fomos tratando de várias carreiras e essa não vai ser esquecida. Não só não está a ser esquecida a revisão da carreira como também o redimensionamento da rede de equipas de acordo com a atual organização do sistema judicial, ou seja, de acordo com as comarcas, e não por referência às anteriores NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos).

É um trabalho que estamos a levar a cabo, que tem o seu tempo, sendo que também pretendemos reforçar e alargar as equipas de vigilância eletrónica. Está na nossa agenda, está nos compromissos que queremos cumprir.

Para terminar, acredite quando lhe digo que todos os dias trabalhamos — eu e as secretárias de Estado que aqui estão comigo, a quem agradeço por tudo o que têm feito, e toda a equipa que nos acompanha — para não deixar tudo na mesma.

*Aplausos do PSD.*

Orgulhamo-nos do que, em quatro ou cinco meses, conseguimos fazer e acreditamos que somos a equipa certa para continuar a cumprir todos estes desafios que temos.



*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora ao encerramento do debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega, que dispõe de 6 minutos para uma intervenção.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ministra, Sr.<sup>as</sup> Secretárias de Estado, Srs. Deputados: Ao encerramento deste debate, percebemos a sua importância e as razões que o levaram a acontecer.

Sr.<sup>a</sup> Ministra, está hoje na Casa da democracia, na Casa que a deve escrutinar. Anunciou um novo diretor-geral, e gostávamos de saber porque é que ainda ninguém sabe quem é o novo diretor-geral. Porque é que os sindicatos não sabem quem é o novo diretor-geral? Porque é que o Parlamento não sabe quem é o novo diretor-geral? Numa única expressão: porque é que está a esconder ao País quem é o novo diretor-geral dos Serviços Prisionais?

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> Ministra estava num casamento no momento da fuga dos presos. Todos já estivemos em casamentos e em funerais, todos já estivemos em momentos desses.

Tem a Sr.<sup>a</sup> Ministra direito a estar num casamento ao dia da fuga de presos perigosos? Tem.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — A sério?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pode acontecer? Pode.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Quer adivinhar o futuro?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas há uma coisa que uma Ministra da Justiça tem de fazer quando reclusos internacionais fogem de uma prisão: sair imediatamente de onde está, ir à sede do Governo e lutar com tudo o que tem para os apanhar, que é isso que um Estado de direito deve fazer!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — O que é isto?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Deve pedir às damas de honor para ir a correr atrás deles!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — É isso que um Estado de direito deve fazer!

Por isso, Sr.<sup>a</sup> Ministra, podemos estar num desses momentos, mas, porque o País está sempre acima de tudo, porque o País está mesmo acima de nós, é esse sacrifício que devemos fazer. Era esse sacrifício que este Parlamento esperava de si, era esse sacrifício que nós esperávamos de si.

Estes não eram uns reclusos quaisquer, eram reclusos perigosos. Quanto a um deles, deixem-me dizer-vos que os corpos das suas vítimas ainda não foram encontrados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ouvimos a mãe e o pai das vítimas, na televisão, a perguntar como poderia um país deixar escapar um homem que fez sequestros e execuções a sangue-frio. Alguns dos corpos ainda não foram encontrados e as vítimas ainda não têm justiça.

Sim, Sr.<sup>a</sup> Ministra, é verdade: já os detivemos uma vez, poderemos detê-los novamente. Mas à hora a que a Sr.<sup>a</sup> Ministra está aqui sentada, à hora a que nós estamos aqui sentados, protegidos pela estrutura deste Parlamento, há homens e mulheres aterrorizados com o regresso destes homens por uma única razão, porque nós falhámos na sua proteção!

E não, Sr.<sup>a</sup> Ministra, não vale dizer que a culpa é dos guardas ou do sindicato. É do Governo, e o Governo tem de a assumir.

*Aplausos do CH.*

O Governo chega a este debate e diz: «Bom, já fizemos uma série de acordos com os guardas prisionais, com os polícias, estamos a pedir auditorias.» Como se viu, nada disso resolveu e, como se viu, o Governo continua a olhar para a frente sem olhar para os lados.

Não, Sr.<sup>a</sup> Ministra, a Sr.<sup>a</sup> Ministra não está a fazer acordos porque quer resolver o problema das prisões, das polícias ou das forças de segurança. A Sr.<sup>a</sup> Ministra está a fazer acordos porque o PSD está com medo de que haja eleições, no início do próximo ano, em Portugal!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

Da esquerda e da extrema-esquerda já estamos habituados ao habitual:...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Só pode!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... humanismo; «falhámos na sua reinserção»; «falhámos no acompanhamento destes homens e destas mulheres que estão nas prisões».

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Foucault! Citações de Foucault!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas não ouvimos uma única expressão — uma única! — sobre quem lá está a lidar, todos os dias, com eles.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Foi a filosofia francesa, como nós falámos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Preocupámo-nos em libertá-los, mas não nos preocupámos em fazer com que quem esteja nas prisões tenha o mínimo de conclusões ou de condições. Preocupámo-nos em dizer que as prisões têm de ter melhores condições, mas não ouvimos o Governo dizer que quem protege essas prisões, quem tem de ter os meios para proteger essas prisões, deveria ser a primeira prioridade.

Essa é a diferença entre a direita e a esquerda, ou deveria ser. É que, para uns, é a mesma coisa tratar de reclusos e tratar de guardas e de técnicos, mas outros sabem que a prioridade está nos homens e mulheres do sistema de justiça, que temos de proteger, de acarinhar e a quem temos de dar condições de trabalho!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nada disso é verdade, homem! Ouviu os estudos? Não ouviu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Duas auditorias, anunciou a Sr.<sup>a</sup> Ministra, ao sistema de segurança e ao sistema de gestão. Mas, Sr.<sup>a</sup> Ministra, não tinha estes documentos desde que tomou posse? Não tinha na sua posse as atas de todas as reuniões, entre sindicatos e membros do Governo ou entre sindicatos e a estrutura diretiva das prisões, a alertar para as deficientes condições de segurança, a alertar para os sistemas de gestão e de segurança ineficazes, a alertar para a questão da videovigilância, a alertar para a questão das carreiras?!

Então, porque é que vem hoje a este Parlamento dizer que pediu duas auditorias? Não, Sr.<sup>a</sup> Ministra! Um governo do Chega pediria a auditoria no dia 1 do seu mandato — repito, no dia 1 do seu mandato —, não quando fogem presos das cadeias!

*Aplausos do CH.*

«O sistema prisional português não está podre nem obsoleto», palavras da nossa Ministra da Justiça, ditas aqui, no Parlamento.

Esta notícia tem sete dias: «Sistema prisional português está obsoleto.» Quem o diz são os sindicatos da Guarda Prisional.

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Parece um comunista a falar, um verdadeiro comunista!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não deixa de ser curioso que, no fim de um debate parlamentar como este, o Governo não nos tenha dado uma garantia, um caminho e uma segurança em relação ao sistema prisional.

Ficamos, Sr.<sup>a</sup> Ministra, com uma sensação infundável de que a estes presos se seguirão outros e de que o sistema prisional português está, ou estará, mesmo a desabar. Não olhe para o Chega como o responsável pelo sistema das prisões. São as prisões que falam por si e que, de todos os pontos do País, vos chamam à responsabilidade.

*Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.*

Nós, Sr.<sup>a</sup> Ministra, chamamo-la a si à responsabilidade.

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Presidente**: — Para a intervenção final, dou a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, que dispõe de 6 minutos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Gostaria, também eu, em nome pessoal, de me associar às palavras que o Sr. Presidente da Assembleia da República, a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça e todos os diferentes grupos parlamentares já aqui expressaram, de pesar e solidariedade pelas vítimas dos incêndios no nosso País.

No encerramento deste debate, queria também expressar, em nome do Governo, que acompanhamos, nalgumas variáveis e nalguns vetores, o propósito e a intenção do grupo parlamentar interpelante, o Chega, mas distinguimo-nos, diria assim, noutras vertentes.

Começemos, talvez, pelos pontos em que acompanhamos o Chega. Acompanhamo-lo quanto à pertinência deste tema: embora tenha sido agendado para este Plenário, concordamos que esta matéria merece a atenção do Parlamento, dos representantes da democracia portuguesa nesta Câmara, como foi, aliás, expresso pela generalidade das bancadas.

Acompanhamo-lo também quanto à avaliação que é feita ao lamentável episódio a que todos assistimos no Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus, há uns dias. De facto, a situação foi grave; a situação é intolerável e carece de ações imediatas e veementes.

Acompanhamos ainda o Chega no diagnóstico que faz, em muitas vertentes, daquilo que tem sido, ou que foi nos últimos anos, um certo desleixo, ou pelo menos uma certa desvalorização desta problemática associada ao estado dos nossos estabelecimentos prisionais e a todo o sistema prisional nacional.

De facto, como julgo que foi profundamente detalhado durante este debate, os últimos oito anos não foram de boa memória a este respeito. Há inúmeros relatórios nacionais e internacionais, há evidências concretas que nos mostram que não se deu a devida atenção a esta matéria, e as consequências estão hoje, infelizmente, aos olhos de todos nós.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Contudo, se há estas matérias que acompanhamos, há outras em que nos distinguimos muito daquilo que foi aqui expresso, nomeadamente pelo partido interpelante.

Distingue-nos, desde logo, a interpretação e atenção dadas ao próprio debate. Se me permitem, a título de esclarecimento, não foi dito nem referido por parte da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça, em momento algum, que já haveria uma pessoa escolhida como novo diretor-geral. Talvez a confusão advenha do facto de se ter referido que haveria já alguém sinalizado para assumir a liderança, a direção, do Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus. Foi isso que foi dito neste debate e somente isso.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Percebem tudo mal, quando lhes convém!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Bom, mas distingue-nos algo bem mais importante e estruturante, diria eu. Distingue-nos a abordagem que assumimos neste tipo de temas.

Para o Governo, esta é uma matéria de Estado que exige, com certeza, ação e sentido de responsabilidade, mas é um tema de Estado que dispensa aproveitamentos e folclore político.

O Sr. **Carlos Reis** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Para o Governo há, de facto, dois traços, que, aliás, foram bem protagonizados pela Sr.<sup>a</sup> Ministra da Justiça desde o primeiro minuto em que assumiu funções, particularmente, ou pelo menos de forma mais visível, desde que ocorreu aquele lamentável episódio na prisão de Vale de Judeus.

Esses traços, eu diria, de personalidade e de ação do Governo têm a ver, precisamente, com a atitude que foi assumida e com o sentido de responsabilidade com que se encaram os desafios.

A ação pode-se avaliar, desde logo, pelo imediatismo, pela urgência com que se tomaram medidas. O Governo atuou de imediato, começando por apurar — e isto é fundamental — todas as informações para a partir daí poder tomar as medidas efetivas e estruturantes necessárias. São essas medidas que, de resto, nos vão permitir detetar os problemas e, depois, agir em conformidade, quer a nível da organização do sistema quer dos próprios recursos humanos nos nossos serviços prisionais.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra assumiu três medidas muito claras desde o primeiro minuto. Desde logo, aceitou o pedido de demissão apresentado pelo Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e pelo Subdiretor-Geral com o pelouro dos Estabelecimentos Prisionais. De seguida, e de imediato também, deu um impulso ao espoletar o início urgente de uma auditoria aos sistemas de segurança de todos os 49 estabelecimentos prisionais; uma auditoria que, como já aqui foi dito, terá resultados, no máximo, até ao final do ano. E ordenou ainda uma auditoria de gestão ao sistema prisional para avaliar a organização do sistema e a afetação dos recursos na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Mas, a par desta ação, temos de olhar também para outras medidas, já aqui hoje anunciadas, como a autorização de despesa para serviços de vigilância eletrónica, o aumento do suplemento de serviço para os guardas prisionais, o recrutamento de mais efetivos. Tudo isto, medidas tomadas previamente ao episódio ocorrido em Vale de Judeus.

Mas além de ação há também responsabilidade. O Governo quer hoje aqui reafirmar, de forma muito clara, que ao apurar todas as informações básicas sobre o que se passou e ao tomar medidas de imediato, teve sentido de Estado e sentido de responsabilidade.

De facto, temos compromissos com os portugueses, dentro desta linha, assumindo uma política que é firme e humanista, com muita ação e com muito sentido de responsabilidade. A Ministra da Justiça tem protagonizado bem estes valores que norteiam todo o Governo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Com esta intervenção, termina o nosso debate e despeço-me dos Membros do Governo. Srs. Ministros, Srs. Secretários de Estado, foi um gosto tê-los cá.

Passo a palavra ao Sr. Secretário João Paulo Oliveira para fazer uma referência relativamente a quem está presente nesta sessão.

---

O Sr. **Secretário** (Jorge Paulo Oliveira): — Sr. Presidente, era para informar a Câmara que participaram nos nossos trabalhos, por videoconferência, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Fátima Correia Pinto, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Presidente**: — A ordem do dia da sessão de amanhã consta de um debate de atualidade, requerido pelo PCP, sobre o início do ano letivo nos ensinos básico e secundário, às 15 horas.

Boa tarde, até amanhã e muito obrigado a todos.

*Eram 17 horas e 48 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.